



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA

JUCICLEIDE DA SILVA MARCELINO

**A BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA PARAÍBA  
EM UM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
(2010-2016)**

CAJAZEIRAS - PB

2018

JUCICLEIDE DA SILVA MARCELINO

**A BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA PARAÍBA  
EM UM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
(2010-2016)**

Monografia apresentada a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de grau de licenciado (a) em História.

Orientadora: Prof. Dra. Rosemere Olimpio de Santana

CAJAZEIRAS – PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764  
Cajazeiras - Paraíba

M314b Marcelino, Jucicleide da Silva.

A Bamidelê – organização de mulheres negras na Paraíba em um contexto de transformação nas políticas públicas - 2010 a 2016 / Jucicleide da Silva Marcelino. - Cajazeiras, 2018.

73f.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana.  
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. Feminismo negro. 2. Bamidelê. 3. Movimentos sociais. 4. Políticas públicas. 5. Mulher negra. I. Santana, Rosemere Olímpio de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 305-055.2(=013)

JUCICLEIDE DA SILVA MARCELINO

**A BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA PARAÍBA  
EM UM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
(2010-2016)**

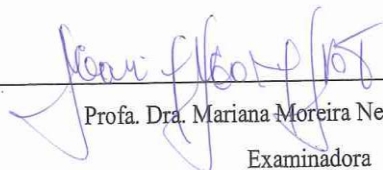
Aprovada em: 25 / 06 de 2018

**BANCA EXAMINADORA**



\_\_\_\_\_  
Profª.Dra. Rosemere Olímpio de Santana (CFP/UFCG)

Orientadora



\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Mariana Moreira Neto (CFP/UFCG)

Examinadora



\_\_\_\_\_  
Prof. MS. Leonardo Bruno Farias (FASP-PB)

Examinador

\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Maria Lucinete Fortunato (CFP/UFCG)

Examinador Suplente

CAJAZEIRAS – PB

2018

## RESUMO

À medida que o processo histórico fomenta as distintas ondas do feminismo, outras correntes se originavam a partir da necessidade da multiplicidade de identidades, dentre estas as das mulheres negras que não se consideravam representadas pelo feminismo e nem pelo movimento negro e que assim decidiram fundar seu campo de atuação, ou seja, o feminismo negro, no qual, estariam inseridas as pautas que dizem respeito ao racismo e sexismo. Logo, o objetivo deste trabalho é analisar as ações políticas da Bamidelê, ONG paraibana fundada em 2001, na luta contra o racismo e o sexismo, assim como examinar também as dificuldades enfrentadas pela mesma. Evidenciamos as articulações da Bamidelê com outros movimentos sociais, especialmente com o Movimento Negro e Feminista, assim como suas atuações em parceria com o Movimento de Mulheres Negras no espaço nacional e internacional. Nossa pesquisa tem base na perspectiva de História Social, com conexão na História Cultural. Desta forma, abordamos as reflexões de Scott (2016), a qual debate a contextualização de gênero com articulação nas categorias de raça e de classe. Analisamos as parcerias que ajudam esta organização para o desenvolvimento de suas ações, assim como as políticas públicas para estas mulheres negras.

**Palavras – Chave:**Bamidelê, Feminismo negro, Movimentos sociais, Políticas públicas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I</b> .....	18
<b>1.0 - “NOSSA LUTA VEM DE LONGE” - MOVIMENTO FEMINISTA E OS PRIMEIROS PASSOS NA CONQUISTA PELOS SEUS DIREITOS.</b> .....	18
1.1- As fronteiras entre o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento Feminista. ....	20
1.2- Movimento negro e movimento feminista: o conflito. ....	25
<b>CAPÍTULO II</b> .....	28
<b>2.0 - NOSSA LUTA PREVALECE: A NEGRITUDE EM BUSCA DE SEUS DIREITOS, CADA PASSO UMA CONQUISTA</b> .....	28
2.1- As Políticas públicas e o Movimento Negro. ....	28
2.2- Um breve histórico da Bamidelê - Movimento de Mulheres Negras na Paraíba. ....	33
2.3 - As políticas públicas e as mulheres negras (2010-2016). ....	36
2.4 - As esferas das políticas públicas para as mulheres/negras no Estado paraibano. ....	41
<b>CAPÍTULO III</b> .....	47
<b>3.0 – NOSSA LUTA É RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DA BAMIDELÊ – OMN/PB.</b> .....	47
3.1- Esperança – no começo, meio e fim. ....	47
3.2-“Wa Bájà” continua: Um olhar sobre as ações da Bamidelê (2010-2015).....	50
<b>CONCLUSÕES FINAIS</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS:</b> .....	66
<b>APÊNDICE</b> .....	73

Dedico este trabalho em especial a Selma (mãe) e Arlete (irmã) que foram minha base e meu alicerce. O sentido do que é o verdadeiro AMOR!

## AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo finalizado da minha caminhada, agora só resta dar os próximos passos talvez só mais um, dois, três... Cinco ou infinitos que ainda fazem parte deste processo, pois um ciclo se fecha para que outro possa ser iniciado. São inúmeros os agradecimentos que preciso redigir aqui, afinal não teria conseguido sozinha, pois há sempre alguém para lhe estender a mão mesmo que você não saiba e não compreenda o porquê, essas pessoas estão contigo até o fim, o nome disto chama-se carinho, dedicação e confiança e o que farei aqui se chama reciprocidade e amor.

Talvez este tenha sido o processo mais árduo da minha vida e o mais difícil também, mas a insistência em meio às inúmeras dificuldades que surgiam a cada dia me fizeram mais forte.

Agradeço a Deus, em primeiro lugar;

Agradeço a minha Mãe Selma e minha irmã Arlete que estiveram sempre me apoiando nas horas boas e nas ruins também;

Agradeço aos meus familiares (avó, tio, tias, primos e primas);

Agradeço a Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba, por concordar com a proposta desta pesquisa. Em especial agradeço a Solange Rocha e Penha pela atenção e por disponibilizarem materiais para que esta pesquisa pudesse ser realizada;

Agradeço a minha Orientadora Dr<sup>a</sup> Rosemere Santana pela ajuda e paciência, pelas palavras de consolo por sempre buscar me compreender;

Agradeço a chegada e a partida de alguns amigos e conhecidos;

Agradeço aos tombos, os vacilos, os acertos e erros;

Agradeço os não e os sim tomados;

Agradeço a você que acreditou no meu potencial e aos que não acreditaram também;

Agradeço a todos meus professores desde o ensino fundamental, médio, nível técnico até os de nível superior que passaram para compartilhar comigo o conhecimento adquirido;

Agradeço aos que criticaram e aqueles que motivaram;

Agradeço aqueles que solidarizaram e os que fecharam os olhos para não enxergar o próximo;

Agradeço a paciência, o carinho, o cuidado, o amor, o ódio, a proximidade e o isolamento também;

Agradeço as madrugadas que viraram dias, as lágrimas para aliviar a alma;

Agradeço o café e a fé que me mantiveram de pé;



Agradeço a esperança e aqueles que enxergavam a luz no final do túnel quando eu não conseguia enxergar;

Agradeço os sonhadores que enxergavam em mim a vontade de prosperar;

Agradeço aqueles que estenderam a mão para ajudar por obrigação e aos que ajudaram por mero prazer e aos que ajudaram sem saber;

Agradeço aqueles que estão nos pontos de interrogação, exclamação, nas entrelinhas e nas reticências, no ponto final e continuação, aos que foram e aos que permaneceram e aos que virão;

Agradeço aquele motorista cujo nome não sei, por estender sua mão e sua colaboração através das suas palavras de apoio;

Agradeço ao cara da moto que se solidarizou para me ajudar quando não tinha se quer mais um real no bolso;

Agradeço a você moça da fila da lotérica que com sua honestidade devolveu-me meu cartão que no balcão havia esquecido;

Agradeço aquela secretária do curso de Geografia que largou tudo e decidiu dar-me um voto de confiança e se propôs a efetuar minha matrícula no curso de História faltando um documento;

Agradeço a você “coreguinha” que largou tudo para me socorrer;

Agradeço a minha segunda família que construí na RUF (Residência Universitária Feminina) e na RUM (Residência Universitária Masculina): Graças Silva, Amanayara Raquel, Kallyane Kelly, Karol Kelly, M<sup>a</sup> Joedna, Danielly Macena, Mirelly Louguinho, Sirineu Alvez, Matheus Vieira, George Dias, Bruno Soares e aquela inquilina que você respeitada Paloma Sousa;

Agradeço a Prof<sup>a</sup> Erica Paiva e seus familiares por abrirem a porta de sua casa e hospedaram alguém que não conheciam com o objetivo de ajudar-me nesse processo de pesquisa no momento em que precisei de um lugar que me acolhesse. Que Deus os abençoe cada vez mais e mais. Obrigada por tudo!

Agradeço a você, a mim, a nós todos que corremos atrás dos nossos sonhos;

Agradeço a dor que se tornou aprendizado.

“Não se nasce mulher torna-se mulher.”

Simone de Beauvoir

## LISTA DE SIGLAS

**AMB** – Articulação de Mulheres Brasileiras  
**AOMNB** – Articulação das ONGs de mulheres Negras brasileiras  
**APNs** – Agentes da Pastoral Negros  
**CEE/PB** – Conselho Estadual de Educação da Paraíba  
**CENTRAC** – Centro de Acción Cultural  
**CESE** – Coordenação Ecumênica de Serviços  
**CFEMEA** – Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
**CNDM** – Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres  
**CNPM** – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres  
**CONAPIR** – Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial  
**DF** – Distrito Federal  
**ENJUNE** – Encontro Estadual de Juventude Negra  
**ENMN** – Encontro Nacional de Mulheres Negras  
**FBDH** – Fundo Brasil de Direitos Humanos  
**FOJUNE/PB** – Fórum Paraibano de Juventude Negra  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**LGBT** – Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros  
**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul  
**MMM** – Marcha Mundial das Mulheres  
**MMNB** – Movimento de mulheres Negras Brasileiras  
**MNU** – Movimento negro Unificado  
**NEABI** – Núcleo de estudos Afro – brasileiros e Indígenas  
**NBFO** – Organização Feminista Negra Nacional  
**NIPAM** – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero  
**OMNCC** – Organização de Mulheres Negras de Caiana dos Crioulos  
**OMN/PB** - Organização de Mulheres Negras da Paraíba  
**ONG** – Organização Não Governamental  
**ONU** - Organização das Nações Unidas  
**PB** – Paraíba  
**PNPM** – Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres  
**PPA** – Plano Plurianual  
**PR** – Paraná  
**PT** – Partido dos trabalhadores  
**REDEMA/PB** – Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba  
**RJ** – Rio de Janeiro  
**SEMDH** – Secretária do Estado da Mulher e Diversidade Humana  
**SEPPIR** – Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
**SEPPM** – Secretária Especial de Estado de Políticas Públicas para Mulheres  
**SINAPIR** – Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da igualdade Racial  
**SP** – São Paulo  
**SPM/PR** – Secretária de Política para as Mulheres da Presidência da República  
**UEPB** – Universidade Estadual da Paraíba  
**UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso pretende conduzir discussões referentes à atuação das mulheres negras, sobretudo no Brasil. Sujeitos estes que passaram a ter visibilidade na historiografia, por meio de perspectivas teóricas novas, por exemplo, da história social. Deste modo, procuramos analisar a trajetória da luta das mulheres negras, as quais por volta da década de 1980, no Brasil, foram instituídas como sujeitos políticos independentes. Para tal objetivo analisaremos especificamente a trajetória de uma ONG paraibana, a Bamidelê fundada em 2001 por mulheres negras.

A Bamidelê faz parte de uma organização não governamental, é um grupo que possui identidade própria, que buscava inserir as mulheres negras na vida política da Paraíba. Seus projetos eram voltados para a luta contra o racismo e o sexismo e toda forma de violência contra as mulheres. Essa organização acolhe em seu espaço de atuação o público de mulheres negras, jovens e adolescentes das comunidades da zona rural e urbana. Por meio de ações educativas promovendo ações políticas, buscando também o empoderamento feminino.

O que nos motivou na escolha desta temática foi à busca por compreender como esta organização se articula às dificuldades enfrentadas por estas mulheres que engloba desde o racismo ao sexismo. Visando esta dupla opressão, perceber como essa ONG em meio aos problemas enfrentados conseguiu e consegue se manter firme e quais conquistas e transformações essas mulheres alcançaram.

Durante o primeiro capítulo, intitulado como *“Nossa luta vem de longe” - movimento feminista e os primeiros passos na conquista pelos seus direitos*”, mostramos a trajetória do movimento feminista e de negras brasileiras, apresentando o contexto da origem do movimento feminista e suas vertentes. Assim, como também apresentamos as atuações das mulheres negras dentro dos Movimentos negros e Feministas, mostrando os conflitos com ambos os movimentos e a partir disto tentamos compreender como se originou o Movimento de Mulheres Negras.

No segundo capítulo, intitulado *“Nossa luta prevalece: A negritude em busca de seus direitos, cada passo uma conquista”*”, apresentamos as políticas públicas num contexto geral voltadas para as mulheres após o período de redemocratização do país, principalmente mostrando como as demandas foram inserindo as mulheres negras ou não, mostrando também que as políticas públicas eram uma forma do Estado interagir com a sociedade. Assim,

trazemos aspectos de que as políticas públicas para as mulheres provinham da luta do movimento feminista, principalmente na década de 1980.

Para essa discussão alguns marcos são importantes a serem pensados como a constituição de 1988, leis que fazem menção a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a obrigatoriedade dos temas Educação das Relações Étnico-racial nos currículos de Educação Básica, e das leis de desigualdade de gênero. Assim, como criação da Secretária de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PB), uma secretária que articula e desenvolve políticas para fortalecer a igualdade entre homens e mulheres, e a Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) que era outro sistema importantíssimo para a população negra. Abordaremos também os modelos de políticas públicas existentes no Brasil, apontando como ajudaram a pensar um caminho de intervenção do Estado sob as trajetórias de mulheres negras.

Neste capítulo apresentamos ainda um breve histórico da Bamidelê relatando o seu surgimento, os sujeitos responsáveis por sua fundação, demonstrando que esta entidade efetua atividades em alguns municípios próximos a João Pessoa/PB e na própria capital, deixando claro que as militantes desta organização dialogam com toda sociedade e não apenas com as comunidades negras.

Enquanto isto, no terceiro capítulo intitulado como *“Retalho de Resistência: A atuação política da Bamidelê - OMN/PB”* abordaremos um breve panorama sobre o surgimento do Movimento Negro Unificado em meados dos anos de 1970, tendo em vista que este período estava inserido no momento de efervescência política, social e cultural. Retomaremos as questões relacionadas as dificuldades enfrentadas pela Bamidelê, bem como, a sua parceria com outros movimentos locais, nacional e internacional e no recorte temporal elencado analisaremos se as ações provenientes das Políticas públicas repercutiram ou não em suas ações.

No desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas análises bibliográficas de monografias, livros, artigos de vários autores, tais como Costa (2010), Barros (2008), Castro (1997), Gohn (2000), Scott (1995) que traz as questões teóricas necessárias para as discussões que são abrangentes para nosso tema específico, como também no que se referem às questões do Movimento de Mulheres Negras no Brasil. Utilizamos também fontes documentais produzidas pela Bamidelê OMN/PB, tais como os relatórios dos projetos realizados durante os períodos de 2010 a 2016, a ata de fundação desta organização e os materiais de campanhas.

Foram realizadas também algumas consultas na página de internet desta entidade de mulheres negras, foi efetuada também uma visita a instituição para obter materiais para o desenvolvimento desta pesquisa, assim houve uma conversa com umas das participantes da Bamidelê, tendo em vista que não foi possível realizar a entrevista com a diretora da Bamidelê. Conversamos com a secretária da ONG que nos forneceu várias informações como se dava a organização, as atividades, os participantes, o modo de arrecadamento de recursos, os problemas enfrentados por elas, especialmente da Bamidelê, no período de 2010 a 2016. Além disto, uma das integrantes da Bamidelê nos concedeu uma breve entrevista sobre as dificuldades e soluções encontradas por esta entidade, a entrevistada nos concedeu autorização para utilização de sua fala neste trabalho.

Para pensar essa pesquisa nos direcionamos para o que se convencionou chamar de História Social da Cultura. É de extrema importância a interconexão de concepção, assim como também das abordagens interdisciplinares importantes para entender esta pesquisa. Deste modo, Barros (2004) evidencia a história social, trazendo os debates referentes aos conceitos que foram originados para o entendimento desse assunto teórico. Com isto, ele destaca a ideia de história social ligada a Escola dos Annales, para esta a história social tratava-se de um espaço histórico mais extenso, porém ele denota também a ideia de história social como sub-especialidade da história. Contudo, por volta dos anos 1970, a História Social passou a ser mais evidenciada no Brasil, sendo incluída nas academias, especialmente nas perspectivas do que diz respeito aos estudos voltados para a escravidão, família, cotidiano, etc., assim ressalta Barros:

Os meios acadêmicos brasileiros vieram trazer a partir da década de 1970 a sua contribuição para os usos amplificados da expressão “História Social.” Esta designação tem sido muito utilizada, ao mesmo tempo em que tem se diluído bastante de um verdadeiro conteúdo no âmbito das universidades brasileiras (BARROS, p.116, 2008).

Ao pensarmos essa História Social que trataria de falar dos excluídos e marginalizados e da relação permeada pela desigualdade, pensamos também como esses grupos pensam suas próprias identidades e forjam espaços de luta e subversão criando e recriando outras maneiras de estar no mundo. Por isso, pensamos que a discussão em torno de uma História da Cultura também se faz presente nesse trabalho, já que mesmo não tendo trabalhando da maneira como gostaríamos com os conceitos de gênero, sexismo, raça e suas intersecções, acreditamos que conseguimos ao menos analisar a complexidade que abrange

essas formas de ressignificação e forjamento de identidades. Essas identidades, no caso de nossa pesquisa são forjadas principalmente com o movimento feminista, que segundo Costa:

O início do feminismo no Brasil foi antes de tudo, um movimento intimamente associado a personalidades, ou seja, mesmo apresentando um certo grau de organização, era resultado do esforço pessoal de alguma mulher que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para a mulher (COSTA, 2010, p. 179).

Segundo a autora a história das mulheres se originou da oposição a partir do momento em que as mesmas eram ignoradas e refutadas por meio da historiografia tradicional, que na década de 70 ganhou mais força, por conta do feminismo ter explodido naquele momento, na antropologia como também da história das mentalidades.

Com a propagação histórica das sociedades, sobretudo no Brasil foi possível notar os direitos alcançados oriundos das lutas dos sujeitos que decidiram se mobilizarem almejando a conquista dos seus interesses específicos, a exemplo do direito ao voto para as mulheres, instalação de leis contra práticas de racismo, gênero e etnia, como, por exemplo, a implementação da lei de cotas, etc., tudo isto provinha das conquistas dos movimentos sociais. Gohn (2000) define movimentos sociais como uma ação coletiva que possuem cunho sociopolítico e cultural.

Neste cenário o feminismo mesmo não representando as diversas faces que as mulheres vinham tomando para si, era uma possibilidade de representação.

Mas, essa necessidade inicial de se pensar uma identidade para o feminino, logo foi percebido como insuficiente, pois outras formas de experiências estavam em jogo, formas essas que eram permeadas por mais preconceitos e exclusões, como no caso das mulheres negras.

É importante frisar que, as mulheres negras notavam a não representatividade que elas tinham dentro do feminismo unificado, ou seja, de um feminismo que tratava de uma opressão igualitária a todas, porém somente a questão que diz respeito ao sexismo não é somente a única forma de opressão que as mulheres passam em seu cotidiano. Todavia, as questões do racismo afetam tanto aos homens quanto as mulheres negras, porém são as mulheres que acabam passando pela dupla opressão a sexista e a racista. Apesar do racismo atingir as mulheres e os homens negros, elas não conseguiram ganhar um espaço no movimento negro para colocarem as pautas específicas como mulheres negras. Com isto, sentiram a necessidade de se firmar um movimento de mulheres negras ou de um feminismo negro para que assim pudessem colocar suas pautas específicas para lutarem por seus direitos.

Assim, como aponta Piscitelli (2001) ao discutir sobre as vertentes do pensamento feminista, todas as ondas ou fases foram importantes, pois contribuíram para pensar a construção social das identidades em torno do feminino e a importância do caráter coletivo e político da luta em torno de suas demandas.

Outra autora que nos ajuda a pensar essa discussão é Joan Scott, uma intelectual precursora nos debates que diz respeito a concepção de gênero como uma categoria de útil análise voltada para a história. Deste modo Scott (2016) evidencia em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” a conceituação do termo gênero e a sua forma de utilizá-la nas categorias. Para reforçar esta questão Scott (2016, p. 10) salienta que,

No seu uso mais recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual

Nota-se que, a palavra gênero passa a ser utilizada para permutar o termo sexo ou até mesmo diferença sexual. Esta categoria de análise, a partir da conceituação de gênero corrobora para a compreensão das diferenças entre homens e mulheres como uma questão discursiva. (SCOTT, 2016).

Com relação ao estudo de gênero no estado da Paraíba, Carvalho (2013, p.23) denota que este conceito foi mais forte nas últimas décadas. Por volta do ano de 2003, se originou, na Universidade Federal da Paraíba, um Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e relações de Sexo e Gênero (NIPAM), este núcleo fazia pesquisas sobre a questão de gênero.

Desta forma, o conceito de gênero é importante nesta pesquisa, pois nos permitiu analisar como as diferenças entre homens e mulheres foram produzidas em meio às relações de poder, e como essas diferenças são ainda mais complexas associadas às questões de classe e raça.

É importante frisar que, foi através da instituição da Odara<sup>1</sup> que tive o primeiro contato com a entidade Bamidelê, tendo em vista que o que me motivou a aprofundar as pesquisas com base nesta organização foi a inquietação de compreender como as mulheres negras se articulavam dentro deste movimento, quais eram suas lutas e seus anseios por uma

---

<sup>1</sup> Odara - Instituto de Mulher Negra, localizada em Salvador, Bahia. É uma instituição de mulheres negras que buscam superar a desigualdade racial e de gênero, assim como visam alternativas que levem a inclusão sociopolítica e econômica das mulheres afrodescendentes. Essa entidade foi fundada em agosto de 2010. Para mais informações acesse o site: <<http://uniartcj.blogspot.com/p/odara-instituto-da-mulher-negra.html>>. Acesso em 26 de jun de 2018.



sociedade mais justa e democrática e como elas pautavam suas lutas em busca das políticas públicas por meio de suas ações. Deste modo, a Odara mediou o contato com esta instituição paraibana que estava mais próximo a mim em termos de localização.

## CAPÍTULO I

### 1.0 - “NOSSA LUTA VEM DE LONGE” - MOVIMENTO FEMINISTA E OS PRIMEIROS PASSOS NA CONQUISTA PELOS SEUS DIREITOS.

O saber histórico mudou durante o século XX, trazendo indivíduos, os quais antes não eram vistos pelos historiadores. Essas renovações perante aos estudos históricos proporcionou uma abertura para as mulheres serem incluídas no que ficou conhecido como História das mulheres, entretanto o responsável por essa abertura foi o Movimento Feminista (CARVALHOS; ROCHA, s/a).

“O feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes” (NARVAZ; KOLLER, 2016, p. 648). Por várias décadas as mulheres eram apresentadas como sexo frágil. As mulheres eram tidas como submissas e seu papel era somente de reprodução e atuação nas tarefas domésticas, enquanto o homem tinha o poder de superioridade em relação às mulheres. Nota-se que as mulheres lutavam contra discriminações as quais são especificamente baseadas no sexo, por vários séculos.

As relações de gênero presentes no patriarcado pressupõem que o órgão sexual determina as funções sociais. Dessa forma, a sociedade constrói uma identidade social, que é construída através dos distintos papéis que são atribuídos a homens e a mulheres (PEDRO; GUEDES, 2010, p.3).

O movimento feminista se originou por meio de uma imensa caminhada de lutas e também de resistências proferidas pelas mulheres contra as condições as quais são responsáveis por demarcarem a sua presença na sociedade.

A luta para que as mulheres fossem constituídas como sujeitos históricos já perduram por muitos séculos, mas, foi por meio do feminismo que as mesmas conseguiram uma maior visibilidade pública. Para entender melhor o movimento feminista ele é analisado por três fases, a primeira se tratava da luta para alcançar o reconhecimento legal pela igualdade de direitos (pelo voto, pelo trabalho, etc.), por volta dos séculos, XVIII, XIX, e no começo do século XX. Já a segunda fase tratava-se das lutas que foram desenvolvidas pelas feministas, durante os anos de 1960 e 1980, no momento em que a preocupação com a igualdade tornou-se bem mais ampla, ou seja, foi das leis aos costumes (estas focam os temas tais como de violências, mercado de trabalho e também sobre sexualidade, entre outros), em se tratando da terceira fase esta tem início, por volta de 1990, no momento em que as estratégias passam a

serem repensadas, aqui as mulheres irão falar em nome da libertação da sexualidade, porém não apenas da sua sexualidade, etc.

Ainda sobre as fases do feminismo, na primeira fase a luta pelos direitos civis e políticos dominou a cena e algumas mudanças foram percebidas como a criação de alguns departamentos femininos em instituições.

A segunda fase do movimento tardou mais no Brasil em relação aos Estados Unidos e a Europa. As mulheres só passaram a se manifestarem, depois de 1975, nas cenas públicas, pelos seus papéis sociais diferenciados (aquelas mães que batalhavam pelos filhos que sumiram nos porões da ditadura militar, as mães que gritavam por creches nas periferias onde residiam, pelos salários diferentes, etc.) (GOHN, 2007).

Essa fase que teve início, a partir dos anos 1960, e perdurou por meados do fim da década de 1980, tinha preocupação tanto com a igualdade como com a eliminação da desigualdade. Os movimentos feministas, na década de 80, no Brasil originaram e estabeleceram estratégias para atuação contra a violência sofrida pelas mulheres, tais como passeatas, debates, a partir dessas reivindicações que foi possível a criação de um conselho, em 1985, na cidade de São Paulo o Conselho da Condição Feminina que delimitou a proposta de construção de uma delegacia que atendesse as mulheres.

A terceira fase do feminismo foi marcada por mudanças, inclusive do contexto social e cultural, a partir da década de 1990, no Brasil. A partir do processo de redemocratização as reivindicações foram direcionadas ao Estado o que permitiu repensar mesmo que de forma tímida algumas políticas voltadas para as mulheres. Dentro do espaço do movimento elas reivindicavam, pressionavam assim como acompanhavam a ação do Estado, como forma de garantia de que as suas demandas fossem sendo atendidas (COSTA, 2005).

Através dos movimentos o Estado brasileiro passa a assumir uma postura em relação às mulheres, com isto, passou a ter participação em várias conferências internacionais as quais tinham como responsabilidade debater os direitos das mulheres a exemplos da Conferência Mundial de Copenhague, de 1985, a Conferência Mundial de Nairobi, no ano de 1985, a Conferência Internacional da População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, por último e não menos importante, em 1995, a IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim – China (SILVA, s/a).

Ainda na década de oitenta a abertura política após os vinte e um anos de regime militar, demonstrou a luta para que as mulheres adentrassem nas esferas do poder, deste modo a inclusão política, concedeu um novo gás para os movimentos sociais femininos, pois as

mulheres procuravam aumentar sua participação como representantes políticas (BELLOZO; REZENDE, s/a)

No Brasil, o movimento feminista trabalha por meio de fóruns e na organização de construção de propostas para as mulheres para que com isto fosse então discutida a situação da mulher, como a Conferência Nacional, no período de 2005 e 2007, esta conferência se pautava na Política da Mulher, onde foram feitos documentos com a finalidade de levantar análises sobre as condições das mulheres. Do ponto de vista político o projeto que seria dado início durante a redemocratização volta a tona durante as eleições de 2002, ou seja, nas eleições do governo Luís Inácio Lula da Silva. Assim, foram originada a Secretária Especial de política para as Mulheres. Durante as eleições, de 2010, tivemos então um marco histórico se é que podemos chamar assim, ou seja, as eleições que elegeram a primeira mulher no cargo de presidência no Brasil (SENKEVICS, 2013).

Vale salientar, que em meio a tudo isto que já foi explicitado nota-se que a luta destas mulheres estava longe de chegar ao fim. No ano de 1993, na cidade de Viena acontece uma Conferência Mundial de Direitos Humanos, a qual obteve mais enfoque a questão da violência contra a mulher. Durante meados do século XX, foi originada várias Organizações Não-Governamentais. Estas organizações buscavam construir um meio de proteger as mulheres que sofriam violência. Não só originou as Delegacias Especiais da Mulher, mas no ano de 2006 é aprovada a Lei Maria da Penha no Brasil está lei foi uma conquista para as mulheres, ou seja, foi importantíssima para o movimento no Brasil afinal a mesma foi originada para tentar cessar as inúmeras violências contra a mulher.

Nesse sentido, a conquista da lei Maria da Penha, foi uma garantia de que haveria punição de alguma forma para aqueles indivíduos que praticassem o ato de violência. Cabia agora as mulheres violentadas denunciarem os atos praticados por seus companheiros.

#### 1.1- As fronteiras entre o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento Feminista.

“... a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista.”

Lélia Gonzalez (1935-1994)

A fala da militante negra e feminista Lélia Gonzalez deixa claro que existem inúmeras dificuldades de se tornar uma pessoa negra em um país pelo qual se promovia a democracia racial, em uma mesma intensidade na qual se espalhava o branqueamento social, como

também exerce a segregação baseada na cor da pele, na classe e até mesmo no sexo. Deste modo, nos remete que se tornar negro (a) é uma conquista, pois na sociedade racista na qual vivemos ser negro não é fácil e conquistar o seu espaço sem luta é ainda mais difícil.

Obter o conhecimento referente à história do movimento negro politicamente organizado no Brasil é de suma importância para entendimento dos debates em relação à igualdade, a justiça, a democracia, debates estes que são capazes de gerarem tantas polêmicas no Brasil contemporâneo. Sobretudo no que diz respeito as contingências da construção das políticas de ação afirmativas para os negros (as).

Sueli Carneiro apropria-se da expressão “enegrecendo o feminismo” para nomear a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro, o êxito disto está notadamente na visibilização para a perspectiva negra. Para a autora o êxito disto poderá ter a comprovação por meio de uma nova plataforma feminista, a qual foi adotada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, em Brasília, no ano de 2002, durante este encontro estavam presentes uma pluralidade de mulheres que estavam na conferência, ou seja, negras, indígenas, brancas, das zonas rurais, da urbana, jovens, lésbicas, etc., as quais buscam o reconhecimento pela autonomia dos movimentos sociais de mulheres (CARNEIRO, 2003).

Durante os anos de 1960 e 1980, mais especificamente na segunda onda<sup>2</sup> as mulheres negras conseguiram conquistar um espaço melhor perante a história do feminismo, enfim ganharam um papel bem mais forte na medida em que se originou a *National Black Feminist* nos EUA. (GOMES, 2013). A Organização Feminista Negra Nacional (NBFO) foi fundada no ano de 1973. Os criadores deste movimento foram Florynce Kennedy, Eleanor Holmes Norton, Margaret Sloan, Faith Ringgold, Michele Wallece, Doris Wright. O foco desta organização estavam pautados na ampliação da visibilidade das mulheres negras no Movimento de Libertação das Mulheres e também dos Movimentos de Libertação Negra, assim como queriam enfatizar com propósito a urgência que se fazia na contenção da imagem negativa das mulheres negras e esta declaração acaba fazendo duras críticas aos membros da comunidade negra como também a própria “esquerda branca masculina” por motivo de não deixar que as mulheres negras assumissem os cargos de liderança (LEWIS, 2017).

O feminismo negro teve início no Brasil por volta do final dos anos de 1970. Enquanto o feminismo tinha sua face racista o movimento negro tinha sua face sexista, este primeiro privilegiava somente aquelas pautas que beneficiavam a mulheres brancas, já este

---

<sup>2</sup> A segunda onda do feminismo radical teve início em meados da década de 60 e 70. Esta segunda onda se caracteriza como fase direcionada a luta pelos direitos reprodutivos. Será mais ou menos nesta onda que se inicia as distinções entre sexo e gênero.

segundo movimento nota-se que as relações de gênero acabavam sendo uma espécie de repressor, pois acabava vetando as ativistas negras, ou seja, proibindo-as de conquistas de posições igualitárias perante aos homens negros. As mulheres brancas lutavam pelo direito civil perante os homens brancos, já as mulheres negras tinham ainda o peso da escravatura em seu próprio seio, enfim, uma posição de subordinadas, porém tal subordinação não era somente perante aos homens, porque as mulheres negras acabavam estando também a serviços das mulheres brancas. Os movimentos sociais hegemônicos não representavam as mulheres negras, era neste aspecto que estava o problema (ARRAES, 2014).

Importante ressaltar que, os Movimentos de Mulheres Negras procuraram a sua autonomia política na medida em que as suas reivindicações não eram atendidas e assim as mesmas acabaram sendo postas em segundo plano (CARVALHO, 2012). As mulheres negras lutavam pelas mudanças tanto no plano simbólico, no social como também nos planos ideológicos, as mesmas alternam a sua atuação também com o movimento feminista questionando os papéis aos quais são atribuídas a elas, porém as mulheres negras tinham mais identificação com o movimento negro que com o movimento feminista. Deste modo, elevou suas vozes de mulheres feministas negras para então denunciarem as inúmeras formas de discriminação a qual viviam, assim como também denunciaram o sexismo, as participações em tomadas de decisões, e o racismo (SILVA, 2000). As discussões acerca do racismo e do sexismo encontram-se presentes na atualidade não somente no Brasil, ou seja, encontra-se em todos os lugares. Desta maneira Carneiro (2003, s/p) deixa claro que,

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta anti-racista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes.

Durante os anos de 1985 e 1995, o Movimento de Mulheres Negras possuía em seu âmbito experiências de lutas sociais as quais eram orientados tanto por organizações institucionalizadas quanto autônomas. Várias militantes obtiveram experiência política no Movimento Negro como também ao Feminismo Tradicional. Durante esta mesma época surgiram críticas referentes ao modo que as feministas se mostravam, ou seja, o feminismo que tinha como líderes mulheres brancas e urbanas, e por último e não menos importante de classe média alta, neste momento as mulheres negras passaram assim a discutir as suas posições (GOMES e ARRAZOLA, 2006), divergências em relação as ordens que levaram as suas demandas mais prioritárias, mas foi o feminismo que daria sustento, ou seja, apoio

político para as práticas das organizações das Mulheres Negras. Estas Mulheres Negras procuravam no campo político um lugar de representação (MOREIRA, 2007).

[...] Movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres (CARNEIRO, 2002, p.2).

Foi no ano de 1987, que se realizou em Pernambuco, mais especificamente na cidade de Garanhuns, o IX Encontro Nacional Feminista, as mulheres negras participaram deste evento, porém notaram que não se encontraram contempladas pelo mesmo, desta forma passaram a denunciar, ou seja, se queixaram de que existiam lacunas, ou melhor revelando ausência de discussões que contemplassem as questões raciais. Mas, o Movimento Feminista Brasileiro se identificava, até meados da década de 1980, com a luta perante a preponderância masculina, lutas sociais e de igualdade.

Vale ressaltar também, que nem todas as mulheres negras sentiam vontade de estarem dentro do Movimento Feminista, estas mulheres não se sentiam a vontade por conta do pouco espaço que possuíam, pois estas enfrentavam dificuldades dentro do Movimento Feminista, afinal, queira ou não, o racismo acabava sendo presente dentro daquele campo, deste modo a mulher negra acabava encontrando obstáculo para botar as pautas feitas por elas anexado ao Movimento Feminista.

Assim, levar a tona o racismo vivenciado por elas acarreta em acordar inúmeras lembranças a qual se pretendiam esquecer (BÁRBARA; PAIVA, s/a). É por meio da luta que se pode construir outro presente deixando assim os fantasmas do passado (CANTO, s/d). Deste modo, as questões sociais submetidas as Mulheres Negras era extremamente desigual das que eram submetidas as mulheres brancas.

Não só o Movimento Feminista brasileiro como também o mundial acabou mudando, mas estas mudanças não se sucederam apenas nos movimentos sufragistas, havendo também mudanças em relação as décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990. E desta forma vem mudando constantemente a cada conquista. Durante o início dos anos de 1990, multiplicaram-se as inúmeras instituições e as identidades feministas também, mulheres pobres e operárias acabaram tendo identificação com o feminismo, qual ficou conhecido como o movimento popular. Durante o ano de 1995, mais especificamente no mês de setembro, ocorreria na China, em Beijing a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, um ano anterior as mulheres feministas que já possuíam experiência nas participações em conferência fazem reuniões na

cidade do Rio de Janeiro (RJ) com o objetivo preparatório para irem a Bejing. Esta reunião de preparação proporcionou vitalidade e novas energias para o movimento feminista brasileiro, por meio da mesma acabou se originando fóruns nas regiões que não tinham, assim como novos grupos surgiram e novas articulações, notamos que a herança deixada por essa preparação foi importantíssima para as décadas que viriam, ou seja, ajudou assim crescer e manter o movimento feminista no Brasil como também nos países latino-americanos (COSTA, s/d).

Todavia a década de 1990 foi emblemática, sobretudo para as Conferências Mundiais, ou seja, como a Conferência de Direitos Humanos, no ano de 1993, a conferência de população e Desenvolvimento no ano de 1994, por exemplo, estas deram oportunidades para vários momentos de informação e até mesmo a oportunidade de fazerem trocas de experiências. Contudo, foi somente com a IV Conferência Mundial da Mulher que então os projetos feministas seguiram em direção aos direitos humanos, como em questões relacionados à violência contra a mulher que foram originadas passeatas, manifestações, etc. Já no quesito relacionado a temática sexualidade foi outro importante tema que dava suporte para se pensar sobre o ser mulher como a sua identidade, a liberdade e as relações de desigualdade dos homens e das mulheres.

Essa agenda de encontros e conferências também aconteceu com as mulheres negras que mudaram suas atitudes perante a organização, ampliando as mobilizações por todo o país (RIBEIRO, s/a). No ano de 1991, origina-se na capital Salvador, Bahia, o II Encontro Nacional de Mulheres Negras, com participação de 17 Estados, o final do evento foi marcado por uma concepção política a qual se chega à conclusão de que a sociedade tanto é machista quanto racista, os debates se deram de forma intensa (SILVA, 2000).

É importante frisar algumas lideranças do movimento negro para que com isto possamos compreender melhor os rumos do desenvolvimento do feminismo negro brasileiro. Entre as várias feministas negras destacam-se Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Matilde Ribeiro. Estas mulheres foram responsáveis por darem forma as ações que foram empreendidas pelo Movimento Feminista Negro, as mesmas conseguem ampliar por meio das militâncias exercidas por elas uma maior visibilidade em níveis nacionais e internacionais dos assuntos relacionados as mulheres negras (GOMES; ARRAZOLA, 2006). Lélia González era uma mulher feminista, com formação em História e Filosofia, militante do movimento feminista no Brasil, ela refletiu o papel que as mulheres negras se encontravam perante os discursos referentes ao racismo como o sexismo, enfim, Lélia González enxergava as mulheres negras como mulher mulata e também como doméstica (CANTO, s/d).



Carneiro (1995) ressalta a condição de defesa da identidade da mulher negra revelando assim que as mulheres feministas e o movimento negro não a contemplaram. Ficava claro porque de um lado o Movimento feminista não contemplava tanto as questões relacionadas ao racismo, já o Movimento de Mulheres Negras não colocava em sua política as questões referentes ao gênero.

O Feminismo Negro se firmou a partir do aparecimento das organizações não governamentais, tais como a Nzinga-Coletivo de Mulheres negras, no Rio de Janeiro, a Criola também no Rio de Janeiro, a Geledés e a Fala Preta em São Paulo (SP), etc., estas ONGs tinham como finalidade lutar contra a violência doméstica, as discriminações raciais (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012).

## 1.2 - Movimento negro e movimento feminista: o conflito.

Tendo em vista que o Brasil encontra-se num processo de constatação da existência de racismo, é preciso que aja uma busca ampla no que diz respeito às circunstâncias políticas como ideológicas fazendo menção a essa conversa que se estabelece entre as mulheres negras e as mulheres brancas.

Por volta de 1970, às mulheres negras passam a questionar a sua participação no movimento negro buscando obter um papel mais ativo nas lutas políticas voltando-se em contraposição àqueles papéis que eram direcionados a elas, ou seja, as tarefas domésticas quando ocorriam os eventos e os encontros originados pelo próprio movimento. Deste modo, inúmeras mulheres negras começam a construir críticas em relação ao machismo como também ao sexismo provindos dos próprios companheiros militantes. Assim, as mulheres passam a originar dentro do movimento as próprias atividades e isto acabava acarretando em desaprovação dos homens negros, nota-se com isto que esta situação chegou a dar início à competitividade entre os homens e mulheres pelos espaços dentro do movimento e isto acarretava em um clima desconfortável. Os homens se queixavam que as mulheres estavam construindo outro movimento. Entretanto, existiam outros motivos que corroboravam para que as mulheres negras dessem origem as suas próprias organizações, por exemplo, o assédio sexual que era uma prática excessiva no interior do movimento negro.

Em relação ao movimento feminista, os conflitos ocorrentes em seu próprio movimento demonstraram que as mulheres negras quanto as brancas possuíam agendas diferenciadas que, sobretudo não eram fáceis de conciliação entre ambas. O feminismo negro era uma concepção recente no Brasil o qual era fitado como uma espécie de articulação política. As mulheres negras vinham prestando mais atenção com relação ao modo com quais

as suas demandas estavam sendo conduzidas no interior do movimento feminista a partir disto encontravam-se insatisfeitas, para estas mulheres negras o causador desta divisão provinha das desigualdades sociais e raciais que estavam presentes no movimento. Assim, os conflitos foram os motivos para a divisão.

Mas, existiam outros aspectos que botavam o feminismo negro e branco em oposição, como, por exemplo, a violação do espaço da saúde, direitos sexuais como também os reprodutivos. Já em relação ao mercado de trabalho uma imensa parte das mulheres negras estão postas nos trabalhos domésticos. Assim, Santos (2009, s/p) salienta que,

Sem sombra de dúvida, a discriminação no trabalho e no que se refere aos direitos e saúde sexuais e reprodutivos é uma questão crítica para as mulheres em geral, entretanto, esta tem constituído um problema ainda mais paradigmático com relação às mulheres negras porque muitas das conquistas sociais, econômicas e políticas (sobretudo na legislação) alcançadas pelo movimento feminista foram (e continuam) estruturadas de tal forma que somente a população branca, particularmente aquela com níveis educacionais e de classe mais elevados, ter condições de acesso a elas e usufruí-las de forma plena.

Infelizmente, isto ainda é o que muitas mulheres negras não só as das periferias quanto toda a população negra que não está envolvida com movimentos sociais em busca de obterem seus direitos passa em seu cotidiano, a luta destas mulheres negras jamais chegará ao fim, pois mesmo sabendo que todas as mulheres negras quanto as brancas tem os mesmos direitos na realidade não é assim que funciona, pois a desigualdade tanto no âmbito do trabalho quanto da saúde, por exemplo, continuam sendo diferentes os tratamentos que são dirigidas a ambas.

As exigências das mulheres negras não eram prioridades para as pautas do movimento negro e como consequência disto as mulheres negras passaram a procurar apoio dentro do movimento feminista.

No ano de 1988, as mulheres negras efetuaram o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), na cidade de Valença/RJ, esse evento serviria para ir mais além ao que tange as discussões das pautas reivindicatórias que eram específicas do próprio movimento, mais também era um evento que mobilizaria as mulheres negras, porém ao fazerem isto ganharam severas críticas tanto do movimento feminista quanto negro, pois ambos acusavam essas mulheres de provocarem uma fresta aos movimentos sociais. Mas, esta fresta já existia de certa maneira ocultas nestes movimentos sociais, afinal as mulheres negras não faziam partes dos objetivos traçados por esses movimentos que lançavam estas acusações.

Destarte, foi no movimento feminista que as mulheres negras constroem vínculo essencial para que se juntassem e trocassem tanto experiências quanto dificuldades vividas,

como, por exemplo, o racismo que interferiam na vida destas mulheres, tais como em sua saúde, família, em políticas públicas, trabalho, entre outros.

O feminismo negro no Brasil se fortaleceu por meio das mulheres negras, que passaram as seres vistas saindo assim da invisibilidade do estado que se encontravam postas nos movimentos sociais, pois estas conseguiram ser ouvidas nas dimensões feministas e também no espaço político. Todavia, isto não quer dizer que as mulheres negras não possuíssem as atuações políticas frente aos movimentos feministas e aos movimentos negros, mas sim foi a partir do feminismo negro, que as mulheres negras conseguiram firmar os assuntos referentes as discussões sobre o antirracismo dentro do movimento feminista, ou seja, abordando outras questões que não fossem somente as sexistas, uma vez que apesar das questões de gênero serem algo que aproximam as feministas brancas com as negras, existem as particularidades que as separam.

Consequentemente, dentro do movimento negro as negras estavam encarando restrições, principalmente pelos homens que ficam frente ao movimento, assim como também passavam pela mesma coisa no movimento feminista, porém desta vez por parte das mulheres brancas que ficavam a frete do movimento.

Assim, o feminismo negro buscava naquele movimento, um local que conseguissem descrever as experiências vividas por elas como também na tentativa de adicionarem a pauta que abarcassem as discussões sobre o racismo, corroborando com isto na origem do feminismo negro.

Por consequência das reivindicações das feministas não terem a preocupação de abarcar as pautas referentes ao racismo de modo específico foi o ponto crucial para os conflitos que se originavam entre as mulheres negras e as mulheres feministas. Assim, as separações são diversas, pois o feminismo não poderia restringir somente nos assuntos sobre gênero, afinal quando se tem diversas dificuldades que as mulheres precisam encarar (BARBOSA, 2016).

## CAPÍTULO II

### **2.0 - NOSSA LUTA PREVALECE: A NEGRITUDE EM BUSCA DE SEUS DIREITOS, CADA PASSO UMA CONQUISTA**

#### 2.1 - As Políticas públicas e o Movimento Negro.

Como discutimos no capítulo anterior, todo o percurso percorrido pelas mulheres em direção a garantia de liberdade e de direitos políticos e civis foi garantido graças ao movimento feminista. Movimento que não foi uniforme, nem representativo a todas as mulheres, já que essa não é uma classificação única. Vários grupos de mulheres ficaram de fora dessa representação entre elas as negras, que tiveram que criar seu próprio espaço dentro de um movimento feminista, muitas vezes, classista e racista.

Gostaríamos de pensar no âmbito geral das políticas públicas voltadas para as mulheres após o período de redemocratização do país, mas, principalmente, como essas demandas foram incluindo ou não as mulheres negras, para posteriormente pensar as políticas públicas para as mesmas, no período de 2010 a 2016, período este marcado por uma série de discursos de inclusão social e por fim, pensar esse contexto e sua relação com as ações da Bamidelê posteriormente.

Política pública é uma das maneiras de interação do Estado com a sociedade civil através da metamorfose das diretrizes como também por meio de fundamentos que conduzem ações assim como os processos capazes de reedificar ou até mesmo construir a realidade da nação (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013). As demandas das mulheres negras necessitam que sejam assistidas pelas políticas públicas, por meio de recursos na luta contra a dupla opressão, ou seja, o racismo e o sexismo.

É importante frisar que, mesmo com o fim da escravidão em 1888, a população negra não foi incorporada na sociedade de modo direto. As mesmas foram ignoradas depois de séculos de genocídio. Assim, ações feitas por meio do poder público são fundamentais para combater a iniquidade que existia e existe no cotidiano das mulheres negras (MORAES, 2016). Para enfrentar a desigualdade racial brasileira necessita-se de uma política pública para que sejam enfrentados os desafios para a construção da política educacional anti-racista que seria orientada por meio tanto do direito a diferença quanto por meio dos valores da diversidade (HENRIQUES; CAVALLEIRO, 2005). Vale ressaltar que, as políticas públicas para as mulheres provinham da luta dos movimentos feminista nos quais conseguem colocar suas reivindicações dentro das agendas de políticas governamentais após darem visibilidade tanto a opressão de gênero, desigualdade quanto à violência (CINACCHI, 2016).

Em meados dos anos 1980, inicia-se a aparição da expressão “políticas públicas para mulheres” isto se deu por meio dos resultados de vários movimentos que eram provenientes do período, por exemplo, a integração nas lutas sindicais que traziam em seu âmbito as temáticas relacionadas tanto a desvalorização como as diferenças salariais entre homens e mulheres, a falta de infraestrutura para aquelas empregadas gestantes, assim como a violência no espaço do trabalho, e a falta de escolas de qualidade, centros de saúde, moradia, legalização de terrenos, etc., a integração das lutas feministas pelos partidos de esquerda, na busca da implementação das políticas públicas tanto no âmbito da saúde quanto na violência contra a mulher e, por último, e não menos importante, a fundação das delegacias para as mulheres, o conselhos da mulher e até mesmo os órgãos municipais para atender as mulheres (TAIT, s/d).

No ano de 1985, foi originado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por meio da Lei 7.353/85 que deixando claro:

Art 1º Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, com a finalidade de promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País (BRASIL, 1985).

A CNDM foi importantíssima na formatação não discriminatória da Constituição de 1988 (CINACCHI, 2016, p 06). Pesquisadores dos movimentos sociais mostram a Constituição, de 1988, como marco muito essencial das transformações sociais que acontecem no país (LIMA, s/d).

A Constituição de 1988 representa um marco para a construção de uma sociedade inclusiva. As mudanças na Constituição política são reflexos da correlação de forças entre grupos que disputam o poder, neste, os movimentos sociais - negros e indígenas em especial- ganham relevância por assumirem a luta contra a opressão recebida em virtude de suas diferenças étnico-raciais e culturais. (SILVÉRIO, 2005, p. 88 apud SANTOS; MACHADO, 2008).

Para o Movimento Negro do Brasil a temática sobre a educação era estimada como essencial para enfrentar o racismo. Após a promulgação da Constituição de 1988, as sugestões relacionadas ao tópico Educação, mesmo com as várias alterações e as inúmeras discussões ocorridas no Plenário Legislativo Federal, era sancionada *Da Educação, da Cultura e do Desporto*, Contida no *Capítulo III* da Constituição (Constituição da República Federativa do Brasil, 2006, p.134-138). Vale ressaltar, por exemplo, o Artº 242 que enfatiza o seguinte:

“§1º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (Constituição da República Federativa do Brasil, 2006, p.147).

No ano de 2003, a Lei 10.639 foi sancionada. A mesma determinava a obrigatoriedade do tema Educação das Relações Étnico-raciais para ser incorporada a Educação Básica. O Movimento negro foi o personagem principal da discussão, por algumas décadas. A homologação da Lei 10.639 é estimada como um progresso ao que diz respeito na batalha contra as práticas racistas, que se remete a política pública educacional a qual visa alcançar a população em todo âmbito escolar e os inúmeros níveis e peculiaridade da educação (ROCHA; SILVA, 2013). Segundo Rocha e Silva (2013) “Ademais, propugna a valorização da diversidade cultural na formação do Brasil, a contribuição para a construção e a afirmação de identidade negra”.

Embora a constituição tenha sido de suma importância tanto para a inclusão das mulheres, quanto para a discussão das relações étnicas, não foi suficiente para uma mudança crucial no cotidiano desses indivíduos. O movimento de mulheres, por volta dos anos de 1990, passa assim a ser revigorado pelas mulheres negras, mulheres pobres, as sindicalistas, as lésbicas, as católicas progressistas, entre outros movimentos que lutavam por suas reivindicações perante a sociedade. Assim, as ações afirmativas, por exemplo, as cotas de 30% das mulheres nas direções partidárias como nas candidaturas dos cargos legislativos, são formas que cooperam e são capazes de superar a mínima presença de mulheres na área de determinações políticas. Desta forma, iniciam-se os questionamentos relacionados ao dever que o Estado possui em relação à luta das mulheres. Portanto, o movimento feminista acabou trazendo reflexões à política, colocando na agenda do movimento os assuntos direcionados a igualdade na educação, sobre a participação política das mulheres, das políticas do emprego, como a participação das mulheres nos espaços decisórios, entre outros (TAIT, s/d).

Em meados de 1995, novas propostas de leis com o objetivo de modificar o currículo das escolas surgiam desta forma a senadora Benedita da Silva que foi eleita pelo PT (Partido dos Trabalhadores), mulher negra, da cidade de Rio de Janeiro, elaborou inúmeros projetos de lei objetivando o reconhecimento da cultura africana e também afro-brasileira, lei esta que não conseguiu a aprovação chegando a ser arquivada por falta da maioria do Senado (ROCHA; SILVA, 2013).

Passando-se alguns anos, em 1º de janeiro de 2003, foi originada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), secretaria esta que articulava e produziria políticas que fomentasse a igualdade entre homens e mulheres, enfim por meio da realização da I

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres<sup>3</sup> (CNPM), no ano de 2004, o Governo Federal consegue um passo essencial para fazer essas mudanças. Conferência esta que se tornou um marco para a afirmação dos direitos da mulher, refletindo nas propostas de construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O PNPM traz suas ações em quatro linhas de atuação e são tidas como importantes e até mesmo urgentes para que com isto garanta que as mulheres possam ter direito a uma vida melhor. Tanto a conferência quanto o plano mostram a relevância das agências estatais de políticas públicas para as mulheres, na busca de garantia de seus direitos. Destarte, no que se refere ao item educação inclusiva e não sexista o plano deixa claro seu objetivo, que se pauta no seguinte (Secretaria Especial de políticas para as Mulheres, 2005, p.15):

1. incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal;
2. garantir um sistema educacional não discriminatório, que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia;
3. promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas;
4. promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da história da humanidade;
5. combater os estereótipos de gênero, raça e etnia na cultura e comunicação.

O 1º Plano prever o confronto à violência contra a mulher. O mesmo tem por finalidade introduzir uma forma de política nacional para combater a violência contra a mulher. Deste modo, a violência contra a mulher é ligada a diferença de gênero. Para a PNPM era necessário recursos públicos como também comunitários para o enfrentamento da violência contra a mulher, mas não somente isto deveria ter a implementação de redes que fossem capazes de abranger os diferentes poderes, ou seja, judiciário, legislativo e executivo, assim como envolver, sobretudo os movimentos sociais e as comunidades, que formariam desta forma, uma rede de prevenção e de atendimento que necessitaria de ter como componente assistência jurídica e social, assim como serviços sociais, educação e segurança, etc. Em 2004, não existia uma legislação para a violência que diz respeito à questão da mulher. Porém os movimentos internacionais e os movimentos de mulheres e feministas colocavam pressão a todo instante para resolver este problema, e como resposta a esta pressão foi originado o grupo interministerial que possuía como missão questionar uma análise de projeto de lei que fosse referente à violência doméstica que as mulheres estavam expostas em sua própria residência, esse anteprojeto seria enviado para o congresso.

---

<sup>3</sup> Conferência efetuada em Brasília (DF), nas datas do dia 15 a 17 do mês de julho no ano de 2004

Consequentemente é obtido como resultado no ano de 2006, a Lei 11.340<sup>4</sup>, que era tida como progresso para combater este tipo de violência sofrida por milhares de brasileiras. Deste modo qualquer tipo de violência seja ela doméstica ou familiar cometida às mulheres torna-se crime a partir deste período (RODRIGUES, 2016).

Dito isto, o ano de 2004, se tornou um marco na luta das mulheres, porém não somente pela efetivação do I CNPM e do plano, mas pelo fato do Presidente da República proclamar este mesmo ano como o Ano da Mulher. Por meio da Lei 10.745, aprovada por Luiz Inácio Lula da Silva, que fez determinações para que o poder público originasse projetos e atividades com a finalidade tanto de mostrar quanto de fomentar a comemoração das conquistas das mulheres, questionando juntamente com a sociedade civil o aspecto que tange a inclusão feminina a sociedade brasileira.

Assim, durante a conferência a ministra da SPM Nicléa Freire, procurou mostrar dados relativos a realidades das mulheres brasileiras buscando entender como se sucedia a representação por parte do governo com relação a fomentar políticas públicas que sejam capazes de diminuir a distância entre a igualdade formal juntamente com a realidade cotidiana de omissão. Enquanto isto, a ministra da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPIR, durante sua reflexão Matilde Ribeiro expõe à necessidade da existência de políticas transversais de gêneros e de raças, sobretudo direcionadas a população que fosse mais frágil (OLIVEIRA, 2016).

Porém, durante a II CNPM ocorrida no ano de 2007 em 17 a 22 de agosto, também em Brasília/DF, foi efetuado o II PNPM que possuía em seu Capítulo IV o combate a todas as formas de violência contra a mulher, sugerindo a interferência pública para efetuar ações que fossem capazes de acabar com as desigualdades e promover o enfrentamento referente à desigualdade de gênero intervindo nos modelos sexistas e machistas. Entre os objetivos do II PNPM estava o quesito voltado para “reduzir os índices de violência contra as mulheres”, assim como também procuravam garantir os direitos humanos para as mulheres (GREGORI, 2016).

Tendo em vistas, todas essas transformações na conjuntura política, desenvolveu-se a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que a partir desta se estabeleceu o III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2011, a qual entraria em vigor somente por

---

<sup>4</sup> A Lei 11.340 é conhecida como Lei Maria da Penha. A lei recebeu este nome fazendo menção a história de luta da própria Maria da Penha Maia Fernandes, mulher esta que havia sofrido atentados de homicídio pelo seu próprio marido em meados de 1983. Após recorrer a justiça brasileira e não obter sucesso, a mesma estabeleceu o contato com os organismos internacionais tais como o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) e Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) que foram os responsáveis por dirigir seu caso a Comissão Interamericana de Direitos Humanos OEA.



volta de 2013 a 2015, afirmando que para as modificações das áreas concretizadas de submissão como também das incertezas das mulheres incluídas no aparato estatal, pondera que aja a necessidade de exercer as políticas públicas a partir de um novo jeito, ou seja, a partir da transversalidade. Deste modo, podemos perceber que “por meio da gestão da transversalidade é possível a reorganização de todas as políticas públicas e das instituições para incorporar a perspectiva de gênero, de modo que a ação do Estado como um todo seja à base da política para as mulheres (BRASIL, 2013, p.10).

Com a criação desta Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) nota-se que as políticas para as mulheres obtiveram progresso no que diz respeito ao diálogo e a construção coletiva juntamente com o movimento de mulheres, como também as feministas e outros movimentos sociais. No ano de 2013, essa SPM comemorou uma década de existência a mesma contribui na consolidação das políticas públicas voltado para a questão de gênero.

Em meio a todos esses quadros de violência de gênero podemos destacar também a Lei 13.104 sancionada em 2015, no dia 09 de março, que trás como característica o feminicídio. A questão que se modifica aqui em relação à lei anterior é o fato que trás o reconhecimento do homicídio de mulheres pela categoria de gênero, assim existe a caracterização do delito repugnante e há também a ampliação da pena, contudo isso trouxe progresso imprescindível no que diz respeito à luta pela visibilidade assim como o enfrentamento do homicídio das mulheres que são as vítimas desta violência de gênero (RODRIGUES, 2016).

Nota-se que a colaboração da luta dos movimentos de mulheres para alcançarem seus direitos é algo precioso, levando em conta a partir do ingresso dos direitos políticos ao direito de obterem uma vida livre da violência.

## 2.2 -Um breve histórico da Bamidelê - Movimento de Mulheres Negras na Paraíba.

“Assim como as palavras, as pessoas que as escrevem não podem ser apagadas”

(Carolina Maria de Jesus)

São poucas as produções científicas que diz respeito ao feminismo negro paraibano, mas isto não ocorre somente na Paraíba e sim em todo Brasil. Os trabalhos científicos que tratam da questão do feminismo negro acabam sendo limitados às militantes como também as

protagonistas negras, e deste modo a produção que chega a ser publicada é mínima e sua visibilidade acaba sendo mais notória nos próprios estudos pautados dentro dos movimentos.

Por isso, ao pensarmos sobre a Bamidelê, uma ONG paraibana de mulheres negras e o período de análise escolhido, compreendendo-o enquanto um contexto de investimento de políticas públicas voltadas às mulheres entendemos que se configura em uma vivência singular e de produção de experiências únicas, proporcionando uma análise problematizadora, mas também estimulante dessas trajetórias. Contudo, já que apresentamos algumas dessas políticas públicas, é importante também apresentarmos a referida instituição e um breve histórico de sua ação na Paraíba.

A Bamidelê/OMNPB é uma Organização não governamental que se institucionalizou dando uma formatação jurídica para o próprio grupo, visando conseguir recursos financeiros com a finalidade de poder desenvolver seus projetos e suas oficinas. Assim, a presente organização acabou sendo uma das mais importantes ONGS de mulheres negras neste estado já mencionado.

Vale ressaltar que esta fundação não se comunica somente com as comunidades negras pelo contrário afinal ela dialoga com toda a sociedade, ou seja, os movimentos feministas e a comunidade acadêmica também estão inclusos em seus diálogos, mas logicamente que a Bamidelê foca mais seu olhar para as ações com as mulheres negras, pois a Organização de Mulheres Negras da Paraíba sente a necessidade de atrelar os debates voltados para a invisibilidade das demandas direcionadas para as mesmas.

Nota-se que as militantes inseridas nesta entidade se reconhecem como mulheres negras, afinal os encontros eram exercidos com estas mulheres que relatavam e debatiam as condições enfrentadas por serem mulheres negras integrantes na sociedade e, sobretudo discutiam também a valorização da identidade desta categoria. No entanto, se faz necessário relatar como esse grupo foi fundado e só assim compreenderemos suas particularidades.

Por volta de 1998, um grupo conhecido como Mulheres Negras da Paraíba foi constituído, cujas reuniões eram exercidas no Mosteiro de São Bento que possuía a participação de 15 mulheres presentes na mesma. Esse grupo foi fundado por mulheres que tinham participação dos Agentes da Pastoral Negra<sup>5</sup> (APNs), logo após notarem a necessidade de originar um trabalho próprio com as mulheres negras no Estado (SILVA, 2014). Dito isto, após anos um novo grupo foi fundado por meio de três mulheres que começaram as atividades

---

<sup>5</sup> A APNs é um grupo de organização e valorização da cultura da comunidade, são homens e mulheres negros (as) atuantes em comunidades cristãs e lutam contra o racismo. Dentre seus objetivos estão o propósito de desenvolvimento de ações políticas com a missão de inserir os negros na sociedade.

no grupo anterior, assim surgiu o denominado Grupo de Mulheres Negras da Paraíba – Bamidelê, um grupo de identidade própria (CARVALHO; ROCHA, 2014). A mesma visava garantir a participação das mulheres negras na vida política na Paraíba. Bamidelê é uma palavra que provém de ancestralidade africana, ou seja, Yorubá, que significa esperança. O curioso é que nenhuma destas três mulheres eram oriundas de João Pessoa/PB, uma destas fundadoras foi EfuNyaki uma mulher tanzaniana que se firmou na capital paraibana por volta de 1997, a segunda criadora desta entidade foi Maria José que era proveniente de Alagoas, e a terceira fundadora chama-se Solange Rocha natural de Londrina/PR, porém destas três mulheres criadoras desta organização somente esta última continua atuando frente a essa entidade (BARBOSA, 2016).

A Bamidelê é uma organização não governamental composta por feministas negras, fundada em 2001, tinha a incumbência e o projeto político voltado para colaborar com a exclusão tanto do racismo quanto do sexismo, buscava a construção de uma sociedade mais justa e democrática, a defesa dos direitos humanos, bem como combater todas as maneiras de violência e discriminação (gênero, raça, classe, etc.), defendiam também o respeito às diferenças, assim como ao comportamento feminino independente qual fosse, de jovens e adolescentes. Deste modo, o público acolhido pela Bamidelê tratava-se das mulheres negras, jovens e adolescentes das comunidades, tanto da zona rural quanto da urbana (SILVA; AQUINO, 2013).

Além disso, promoveu ações políticas a partir do desenvolvimento de ações educativas por meio de cursos, palestras, campanhas, oficinas, capacitações, rodas de conversas, seminários, feiras de saúde, educação, ações afirmativas. A mesma opera nas mobilizações sociais e em ações para o fortalecimento político dos movimentos feministas e dos negros também. A Bamidelê visa também o empoderamento feminino, além dos assuntos relacionados com a saúde reprodutiva das mulheres negras.

Vale salientar que, essa ONG principiou suas atividades, em alguns bairros como Santa Rita, Marcos Moura, Tibiri II, Alagoa Grande e em comunidades remanescente quilombolas de Caiana dos Crioulos, as ações são desenvolvidas também em João Pessoa. Parte dessas ações estava sendo efetuadas com ajuda financeira concedida pelo Grupo Maryknoll<sup>6</sup> através de um projeto. Mas, o que cooperou para que este Grupo de Mulheres Negras fosse institucionalizado foi o auxílio do projeto “Redes de solidariedade: saúde

---

<sup>6</sup> O Grupo Maryknoll era um grupo de religiosas católicas

reprodutiva, gênero, etnia e cidadania na Paraíba” bancada pela Fundação Ford<sup>7</sup>, favorecendo compra de sua sede que fica localizada no centro da cidade de João Pessoa, equipamentos e materiais destinados ao desenvolvimento dos trabalhos. A referida instituição foi financiada pela Fundação Ford até o ano de 2011. Abordaremos mais de suas ações em nosso terceiro capítulo.

### 2.3- As políticas públicas e as mulheres negras (2010-2016).

Percebemos que mesmo que a partir da década de 1990 os movimentos sociais tenham cobrado políticas mais sérias voltadas para as mulheres e para as questões étnicas e raciais, muita coisa não mudou, incluindo as necessidades básicas que atingiam as mulheres pobres e negras em especial. Por isso, gostaríamos de apresentar algumas ações pensadas, no período de 2010 a 2016, para as mulheres em especial as mulheres negras para entendermos melhor as ações desenvolvidas pela Bamidelê nesse período e tentar problematizar essas políticas de inclusão e como foram importantes para as experiências obtidas no grupo.

O Brasil é um país que progrediu bastante no que diz respeito às políticas de promoção de igualdade racial. Assim, segundo Barros (2016, p. 20) os motivos que levaram o Brasil a se destacar nas políticas de promoção a igualdade racial foram o

papel que o movimento social dos negros teve na formulação, na elaboração e na pressão exercida sobre órgãos públicos do Estado brasileiro, para que assumisse no desenho do seu planejamento as políticas de promoção da igualdade racial. Um outro elemento digno de nota deve-se ao fato de termos tido no Brasil nos últimos treze anos um governo sensível à necessidade de absorção e implementação dessas políticas.

Um dos componentes principais para a restauração das políticas públicas no Brasil é por exemplo, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR. O sistema foi então sancionado por meio do decreto 8.136 proveniente de 2013, instaurando o Estado de Igualdade Racial, através da Lei de nº 12.288/10. Os objetivos do SINAPIR são:

- I - promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, inclusive mediante a adoção de ações afirmativas;
- II - formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra;
- III - descentralizar a implementação de ações afirmativas pelos governos estaduais, distrital e municipais;

---

<sup>7</sup> A Fundação Ford é uma organização financiadora de programas sociais, sua sede se localiza em Nova Iorque – EUA, que teve o ano de 1934 em Detroit como marco de sua fundação.

- IV - articular planos, ações e mecanismos para promoção da igualdade étnica; e
- V - garantir a eficácia dos meios e dos instrumentos criados para a implementação das ações afirmativas e o cumprimento das metas a serem estabelecidas (BRASIL, 2013)

É importante ressaltar outro departamento importantíssimo para a população negra, denominado como Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003 e reestruturada em 2016. O mesmo estava em processo de mudanças já há algum tempo. Porém, o Movimento Negro exigia que este sistema fosse transformado em um ministério, com a conclusão da renovação administrativa, no ano de 2015, mais especificamente no mês de outubro, por meio do Governo Federal foi que então essa secretaria acabou se tornando um ministério. Entretanto essa Secretaria saiu da presidência da república e neste momento se integra a outro ministério passando a ser identificado agora como Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Percebemos desta forma, que seria a primeira vez tanto na história do Movimento Negro quanto das políticas públicas que se obteve um ministério possuidor de atributos a favor da igualdade racial.

Assim, em plano nacional, a SEPPIR tem por objetivo garantir o progresso com relação à promoção da igualdade racial através da conquista de políticas públicas, bem como, buscar apoio para as mesmas a nível nacional e internacional.

A SEPPIR passou a trabalhar suas políticas também para a juventude, tendo em vista os elevados índices de homicídios cometidos aos jovens negros. Mas, esta questão já vinha sendo discutida pela Secretaria Nacional da Juventude, nota-se com isto que esta temática não foi efetivamente da SEPPIR. Porém, através da pronúncia no início do mandato da Presidente da República Dilma Rousseff, os fóruns ministeriais, deveriam elencar como preferência projetos que visassem à diminuição dos homicídios da juventude negra, como resultado desse convite surgiu o Programa Juventude Viva. Esta foi uma questão que rendeu bons frutos, pois insere no projeto de governo o quesito do direito a vida. O assunto do homicídio deveria nesse momento ser compreendido como o modo que o racismo era efetuado na sociedade. Este programa tem como ação a prevenção contra a vulnerabilidade e violência tanto físicas quanto simbólicas que a juventude negra vem enfrentando.

Vale salientar que em meio a todas essas questões abordadas pela secretaria podemos denotar também que a SEPPIR, em 2016, mais especificamente no dia 21 do mês de março, completou 13 anos de sua criação, em prol de Ações Afirmativas. Outra conquista além da

SEPPPIR como salienta Barros (2016) em seu texto “*O enfrentamento ao racismo foi inserido no planejamento governamental*” foi o Estatuto da Igualdade Racial o qual teria sido aprovado em 2010, e assim com este Estatuto em vigor iriam agora buscar uma forma de atuação que realizasse o que enalteciam. O Estatuto da Igualdade Racial foi inserido no Plano Plurianual (PPA) no ato de sua preparação.

O Plano Plurianual (PPA), referente ao período de 2012 e 2015, sanciona em 20 de julho de 2010, a lei de nº 12.288, a qual traz em seus artigos preceitos que discutem as desigualdades de gênero e as políticas para as mulheres (BRITO, 2012). Assim a lei deixa claro que:

Art. 1<sup>º</sup> Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam auto definição análoga;

V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Art. 2<sup>º</sup> É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Art. 3<sup>º</sup> Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:

I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

III - modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;

IV - promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais;

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

Parágrafo único. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas públicas e privadas, durante o processo de formação social do País (BRASIL, 2010).

Nota-se com isto que inserir a questão do racismo no Plano Plurianual (PPA) foi muito importante. O Ministério do Planejamento originou agendas transversais, através do PPA, e uma destas foi à promoção da igualdade racial. Bairros (2016, p.87) afirma que “a política de igualdade racial dá uma dimensão de que a política pública é um espaço de disputa entre grupos sociais.”

Porém, por meio da pesquisa efetuada ao Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) consta que existe uma imensa complexidade por parte do governo no que diz respeito a produção dos indicadores de monitoração. Esses indicadores de monitoramento autorizaria o acompanhamento das formas que as políticas conseguem impactar a existência das mulheres negras. Todavia, o que está na responsabilidade das Secretárias de Promoção da Igualdade Racial e das Políticas para as Mulheres são o combate do racismo, assim como a desigualdade de gênero. Mas, aspectos estes que o movimento de mulheres incontáveis vezes delataram, e assim estas duas secretarias estão enfrentando dificuldades para lidar com a complicação deste problema (BRITO 2012).

Assim, a partir da origem da SPM as políticas para as mulheres veem crescendo no panorama da conversação e por meio da construção em conjunto com os movimentos de mulheres, feministas e outros movimentos sociais. E no período de 2011, mais especificamente no mês de dezembro, motivado pela própria SPM foi efetuada a III

Conferência Nacional de Política para as Mulheres que teve como resultado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, onde estão presentes as questões referentes ao gênero nas várias frentes de governo. Já Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, por volta de 2013 a 2015, expõe a “transversalidade” segundo Aguião (2017, p.21) como princípio orientador de todas as políticas públicas”.

Desta forma, para mudar o campo tanto da opressão quanto da invisibilidade das mulheres é preciso que aja uma nova forma de construir política pública, ou seja, por meio da Transversalidade. A transversalidade obtém vários sentidos, no entanto, origina-se como uma forma de investimento governamental na questão relacionada a promoção e na garantia de igualdade, por meio da congratulação das diferenças. Aguião (2017, p. 24-25) salienta que “a transversalidade é a “estratégia” ou mecanismo do arranjo burocrático-institucional acionado para lidar com as diferenças entre sujeitos visando a superação de desigualdades.” As políticas direcionadas para as mulheres tem ações reduzidas no que diz respeito a desigualdade de gênero (Aguião, 2017, p.32 *apud* MARCONDESet al., 2016, p. 20). Entende-se que o PNPM realizada no principio da transversalidade, que se dar por meio de duas perspectivas, a horizontal que se dar entre os ministérios e a perspectiva vertical pelo fato de responder as conferências efetuadas nos níveis municipais, estaduais e no distrito.

Além disso, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres possuem metas que estão quantizáveis já outras não estão, mas isto aconteceu somente pelo fato de várias destas metas já se encontrarem negociadas, pois muitas delas já estavam dentro do Plano Plurianual (PPA) de 2012 a 2015. Mas, existem metas que não são quantizáveis assim como também há atos orçamentários que acabam se estabelecendo nas metas direcionadas para as políticas para as mulheres (BRASIL, 2013).

Mesmo diante de algumas dessas ações voltadas as mulheres, no período de 2010 à 2016, compreendemos ainda ser pouco a representatividade das mulheres negras nessas ações governamentais. Talvez isso se agrave porque a representatividade dessas mulheres no âmbito político também ainda é muito restrita.

Temos poucos exemplos de representatividade da mulher negra na política nesse período, com exceção de Luiza Helena de Bairros<sup>8</sup>, mulher negra que se tornou ministra da Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no ano de 2011 e 2014, ela trabalhava e militava politicamente no campo de raça e de gênero. Luiza Helena de Bairros

---

<sup>8</sup> A ministra da Secretária de políticas de Promoção da Igualdade Racial Luiza Helena de Bairros, faleceu no ano de 2016 na cidade de Porto Alegre (RS) conseqüência de câncer de pulmão. Luiza Bairros foi ministra durante o governo de Dima Rousseff. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/07/ex-ministra-da-igualdade-social-luiza-bairros-morre-em-porto-alegre.html>>. Acesso em 02/03/2018.



originou a Secretária Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) que tinha como finalidade de introduzir políticas públicas de combate a discriminação, etc.

Dados de pesquisas relacionadas às eleições, do ano de 2016, no Brasil deixam evidente que perante o número de candidaturas que chega a ser 493.534 no Brasil inteiro, tendo menos da metade destas candidaturas referentes ao sexo feminino que chega a ser 1.566.317 candidaturas efetuadas, desta chega a um percentual de 14,2% das mulheres negras que estão disputando com a candidatura para vereadora e somente, 13% na disputa para prefeita.

#### 2.4- As esferas das políticas públicas para as mulheres/negras no Estado paraibano.

As políticas públicas para as mulheres foram conquistadas no intuito de dar proteção, promover a mulher como cidadã, etc. As mulheres vêm ganhando seu espaço cada vez maior, mesmo que de forma “lenta”, mas mesmo assim é perceptível essa mudança.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, Paraíba dispõe de uma Secretária Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres (SEPPM), a mesma se originou em 29 de março de 2010, a partir da Lei 11.902, substituindo a Lei de nº 10.429 do ano de 2005. Assim, Alves (2016, p.29) denota que a SEPPM “[...] tem como papel fundamental contribuir para a promoção da equidade de gênero, através da implementação de políticas públicas que efetivem os direitos humanos das mulheres e elevem sua cidadania, superando as situações de desigualdades vivenciadas pela mulher na sociedade.” A Lei 11.902 deixa evidente em seu Art. 3º o seguinte:

Art. 3º Constituem competências da Secretaria Municipal Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres, entre outras:  
 I - assessorar, direta e imediatamente, o Chefe do Executivo Municipal na formulação, coordenação e articulação de política para as mulheres;  
 II - planejar e efetivar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter municipal;  
 III - elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo municipal e das demais esferas de governo;  
 IV - promover a igualdade de gênero;  
 V - articular, promover e executar programas de cooperação com organismos estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para às mulheres.

É importante frisar que a SEPPM tem ações que se desenvolvem por meio de 4 dimensões que eram vistas como vulneráveis no aspecto ligado a autonomia das mulheres, com isto origina-se quatro organizações, são elas:

## 1. Educação:

Que objetiva cooperar com a transformação da conduta da sociedade, como por exemplo, encarar a desigualdade e as discriminações, a luta contra o estereótipo de raça, etnia, orientação sexual, gênero. Segundo Alves (2016, p.30) as ações efetuadas pela coordenação são:

- Sensibilização e formação do corpo docente, discentes e demais profissionais da educação municipal, para o exercício da Educação Inclusiva, em parceria com a Sedec;
- Rodas de Diálogo sobre as Mulheres no Mundo do Trabalho – Realização de debates sobre profissões historicamente masculinas, desconstruindo preconceitos junto à população estudantil da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Pró-Jovem, em parceria com a Sedec e Estação Cabo Branco, Ciência, Cultura e Artes;
- Sensibilização e informação dos agentes culturais do município, sobre o cumprimento da Lei Municipal 1.799 de 07 de Janeiro de 2013. A lei proíbe o poder público municipal de contratar artistas que, em suas músicas, danças ou coreografias, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres à situação de constrangimento. A atividade é realizada em parceria com a Funjope;
- Representação da SEPPM no Conselho Municipal de Cultura, contribuindo para a construção de uma política cultural inclusiva e não sexista;
- Ações de Educação Inclusiva com grupos de mulheres de comunidades de baixa renda, em uma ação intersetorial com as Coordenações de Trabalho e Enfrentamento à Pobreza; Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com o objetivo de contribuir com a formação e o empoderamento das mulheres.

## 2. Enfrentamento á violência contra a mulher:

Visa construir e fazer ações para acabar com as situações relacionadas ao gênero na esfera municipal. A ação de responsabilidade da coordenação é efetivamente:

- Cirurgias reparadoras para as mulheres vítimas de violência física – possibilita o acesso às cirurgias plásticas nos hospitais municipais para a correção das sequelas deixadas pelas agressões.
- Programa de Capacitação para a Rede de atenção às Mulheres Vítimas de Violência – promover a integração e articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio de formação e fortalecimento da rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência.
- Capacitação das servidoras e dos servidores do Município sobre violência de gênero, com o objetivo de sensibilizar e informar a rede de atendimento.
- Campanhas educativas nas principais festividades do calendário efetivo do município.
- Programas de rádio para as rádios internas direcionados para os/as servidores/as municipais que circulam nos espaços da Prefeitura, tendo como

foco a intervenção e sensibilização para prevenção da violência contra a mulher (Alves, 2016, p.32).

### 3. Saúde, Direitos sexuais e Direitos Reprodutivos:

O objetivo destes são colaborar na construção e efetuação de ações direcionadas na Política de Saúde da Mulher no Município referente a João Pessoa, Paraíba, pautadas em recortes referente ao gênero, raça, diversidade sexual, etc. As ações são exercidas por meio de educação permanente, articulações políticas em parceria com os setores governamentais e setores da sociedade civil. Os planejamentos das ações como afirma Alves (2016, p.33) visam revigorar os cuidados com:

- Saúde da Mulher – planejamento reprodutivo; atenção humanizada ao parto e ao abortamento; redução da mortalidade materna; assistência ao pré-natal de qualidade; atenção à saúde de meninas e adolescentes; atenção à saúde das mulheres negras, LGBTs e prostitutas; enfrentamento à feminização do HIV/AIDS e outras DSTs; enfrentamento à violência doméstica e sexual; atenção à saúde mental das mulheres; atenção a mulheres no período do climatério e menopausa; saúde da mulher trabalhadora; e enfrentamento ao câncer de mama e colo uterino.

### 4. Trabalho e enfrentamento à pobreza:

Visa trazer propostas de políticas públicas com o objetivo voltado para o empoderamento para mulheres que estão em vulnerabilidade no âmbito econômico, social, pessoal, político e até mesmo cultural, desta forma essa coordenação visa colocar ou (re) colocá-las no espaço da empregabilidade, para adquirirem renda, tem autonomia financeira. Assim, as ações com intuito de apoiar as mulheres estão relacionadas a:

- Sensibilizar, favorecer e divulgar os produtos comercializados pelas artesãs, contribuindo com a mudança de valores e mentalidade para a valorização do trabalho manual.
- Qualificação e Capacitação profissional - com cursos, seminários, intercâmbios, oficinas, palestras e rodas de diálogos, incorporando conhecimentos teóricos e operacionais relacionados à produção.
- Construção e manutenção de espaço físico permanente, apoio e fomento a espaços itinerantes destinados à comercialização de produtos artesanais.
- Linha especial de crédito para as mulheres – Linhas de crédito específicas do Banco Cidadão para artesãs e mulheres que desejam abrir seu próprio negócio ou qualificar seus produtos.
- Aquisição de equipamentos para a produção de frutas passas, hortaliças, plantas medicinais, ervas finas, produtos artesanais e capacitação de mulheres organizadas em grupos ou em trabalho individual.
- Parcerias com outras secretarias municipais e com outras organizações sociais (ALVES, 2016, p.34).

Ainda em 2010, no âmbito estadual, são realizados debates dentro do Conselho Estadual da Paraíba (CEE/PB), o mesmo aprova o Plano Nacional das Diretrizes, que foi publicado pelo MEC, em 2009, com o objetivo de complementar a Lei de 10.639/03. Desta forma, dos artigos que introduzem as Diretrizes da Lei 10.639, para o município de João Pessoa – PB que mostram o progresso referente à legislação nacional podem ser compreendidos segundo Rocha e Silva (2013, p.66):

No 4º artigo, consta que “A rede de ensino do município de João Pessoa/PB incluirá, além das áreas recomendadas pelo § 2º da lei 10.639/03 – Artes, Literatura e História Brasileiras – as áreas de Língua Portuguesa, Geografia, História, Matemática e Ciências”. Ou seja, todas as disciplinas do currículo de Educação Básica devem inserir a temática da Educação das Relações Étnico-raciais e da História da África e da Cultura Afro-brasileira. O artigo 12, em seu § 2º, enfatiza os conteúdos programáticos a serem inseridos nos currículos escolares, conforme “preconiza o art. 26-A, § 1º da lei 10.639/2003, incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos(as) negros(as) no Brasil, a cultura negra brasileira e o(a) negro(a) na formação da sociedade nacional”, com o propósito de valorizar “a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica, política, religiosa e cultural, dando ênfase ao espaço local”.

Nos debates compareceram figuras como Rosa Maria Godoy Silveira e Maria de Fátima Rocha Quirino, estas duas mulheres falavam da importância da lei e enfatizavam também Lei 11.645/08. Nessa sessão compareceram também representantes do Fórum Estadual de Diversidade Étnico - racial, ou seja, Waldeci F. Chagas, professor vinculado à UEPB e Solange P. Rocha, da UFPB. Ambos tiveram a oportunidade de mostrar as determinações referentes a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), efetuada durante o ano de 2009. Mas, depois de sete anos que a Lei juntamente com as Diretrizes foi Promulgada, o governo da Paraíba reconhece-a, em 2010 (ROCHA; SILVA, 2013).

Entretanto, no mesmo foi sancionado o regulamento de Lei 10.63/2003 no estado da Paraíba esta lei alterou a Lei 9.394/96 com o objetivo de inserir no currículo escolar os conteúdos sobre História da África e Cultura Afro-brasileira, e a da Lei 11.645/2008 que insere no currículo de ensino tornando-se a obrigatoriedade dos temas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, muito se mencionou que se fazia necessário este estudo voltado para o tema étnico-racial. Assim, no mesmo período na *Secretaria de Ensino de Estado da Educação da Paraíba* foram divulgadas as *Normas e orientações para o funcionamento das escolas da rede de ensino*, onde seriam inseridos os assuntos referentes à Educação da Diversidade Étnico-racial que faziam menção a estas duas leis citadas.

Todavia, a *Secretaria de Ensino de Estado da Educação da Paraíba* não incluiu essas duas leis em sua diretriz de política educacional, pois, em 2011 (durante a nova gestão, ou seja, a de Ricardo Coutinho), foram divulgados os documentos das diretrizes de políticas educacionais conhecidos como *Paraíba faz educação*, e dentre as várias ações sugeridas neste documento não tem nenhum que inclua das Leis 10.639 e da 11.645. A variante preliminar do documento tem sugestões de ações abrangentes, porém ainda ressalta princípios formadores que permeiam as políticas educacionais universal.

Neste governo do Estado, ocorreram também atuações provenientes do Fórum Estadual de Diversidade Étnico-racial. Segundo Rocha e Silva (2013, p.68), este fórum constituído pelos “gestores (as) de várias secretarias estaduais e municipais, professores (as) da Educação Básica (de várias regiões da Paraíba), professores (as) do Ensino Superior das três universidades públicas do Estado e integrantes de inúmeras organizações negras.” O mesmo funcionava durante os anos de 2010 e 2012.

Ainda em 2011, o governo da Paraíba origina a denominada *Secretária de Estado da Mulher e Diversidade Humana-SEMDH*. Essa secretaria possui a *Gerência Executiva da Equidade Racial*, que é um órgão fundado para estabelecer as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, etc.

Em relação ao plano municipal é originado um órgão conhecido como *Coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e Igualdade Racial* que visa à promoção da igualdade racial sancionada por meio da Lei 12.400, em meados de 2012. A lei faz-se saber:

Art. 1º. Fica criada, na Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de João Pessoa, vinculada ao Gabinete do Prefeito, a Coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial, cujo objetivo é contribuir para o fomento de políticas públicas voltadas para os seguimentos especificados.  
Parágrafo Único - A Coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial, será norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da igualdade, da valorização e respeito à diversidade, da equidade, da universalidade das políticas públicas e da justiça social (PARAÍBA, 2012).

Nota-se que este órgão *Coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e Igualdade Racial* possui uma política direcionada para dois grupos sociais, ou seja, a comunidade LGBT e a população negra que possuem reivindicações específicas (ROCHA; SILVA, 2013).

É importante frisar que, os órgãos originados com o objetivo de estabelecer políticas públicas relacionadas às questões raciais no Estado da Paraíba, por consequência de estar

começando, ainda não conseguiram verificar as mudanças na vida da população negra. Os Movimentos Sociais Negros da região paraibana por meio das suas reivindicações acabam por pressionarem os governantes públicos para que estes implantem as políticas públicas na luta contra o racismo no Estado paraibano, mais especificamente, nos 223 municípios pertencentes à Paraíba.

## CAPÍTULO III

### 3.0 NOSSA LUTA É RESISTÊNCIA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DA BAMIDELÊ – OMN/PB.

#### 3.1 - Esperança – no começo, meio e fim.

“Nossos passos vêm de longe”

Lélia Gonzalez

Durante a segunda metade do século XIX e no começo de século XX, o Movimento Feminista se originava como já foi referido nas discussões anteriores, o mesmo passou por inúmeras ondas ou fases e teve em suas transformações conflitos, mas também alianças que possibilitaram pensar que não se tratava só de uma única identidade a ser vivenciada.

Além disso, as experiências vivenciadas ao longo de décadas do movimento feminista dependeu do contexto e do espaço o qual estava inserido. No Brasil, por exemplo, no contexto de redemocratização, na década de 1980, o mesmo teve papel ativo na luta e reivindicação em prol dos direitos femininos, como também dividiu a cena com outros grupos e movimentos sociais, como foi o caso do Movimento Negro Unificado – MNU, nesta época os movimentos sociais passaram a se organizarem fazendo reivindicações mundiais diante ao descontentamento daqueles que sofriam a desigualdades sociais, gênero e raça.

O MNU foi quem lutou incessantemente pela implantação da lei contra discriminação racial no Brasil, vindo a ser promulgada em 05 de Janeiro de 1989, uma grande conquista para os/as negras/as do Brasil. Essa lei passou a considerar qualquer ato de discriminação contra homens, mulheres, crianças, adolescentes ou jovens negros/as como um ato criminoso (SILVA, 2014, p.57-58).

Analizamos também, que embora esses movimentos estivessem no campo de lutas, nem sempre dialogavam, ou até mesmo em seu próprio interior estabeleciam separações, fosse baseado na questão da cor, fosse baseado na questão do gênero. Por isso, outros movimentos como o de mulheres negras acabaram sendo criados.

Nesse cenário a Bamidelê é pensada na Paraíba. Como vimos no capítulo anterior a Bamidelê se originou em 2001. A mesma é uma organização não governamental (ONG). Segundo a ata de fundação da Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba referente ao ano de 2001 deixa claro que essa instituição é,

Uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que tem como objetivo empreender ações e debates que fortaleçam a identidade e autoestima de mulheres afro-brasileiras, em especial das paraibanas, visando contribuir para a eliminação do racismo, do sexismo e superação das desigualdades raciais.

É importante frisar que, a Bamidelê, vem atuando, há mais de uma década, ao longo de todos esses anos desde a sua criação que objetiva empoderar as mulheres e jovens negras paraibanas, para que elas atuem de modo independente, na implementação dos direitos que são negligenciados, por meio do poder público, para elas. Assim, essa organização tem como perspectiva capacitar, informar e formar as mulheres e as jovens negras.

A referida instituição desenvolve ações que tem como objetivos fortalecer a identidade negra, assim como busca o fortalecimento da autoestima das mulheres negras, e a implementação das políticas públicas pautadas nos recortes raciais e de gênero, por meio da incidência política, o monitoramento das políticas públicas, as atividades que podem ser formativas como também educacionais, faz campanhas, efetivação e produção dos materiais didáticos, entre outros.

Assim, as ações desenvolvidas pela organização de feministas negras acontecem em parceria com outras organizações paraibanas, as quais pertencem ao Movimento Negro e ao Movimento Feminista.

Mas, antes de continuar frisando nesse histórico sobre a organização, se faz necessário fazer uma breve discussão a respeito da organização não governamental para que possamos compreendê-la. Assim, Santos se apoiando em Ramos, ao questionar a emergência e missão das ONGs, ressalta que a organização apareceu no final dos anos 1960 no país. Referindo-se ao papel da ONGs no campo da atualidade, Santos (2009, p.280) denota que as mesmas,

[...] continuam tendo papel fundamental no debate e na negociação entre Estado e sociedade civil – em nível local, regional, nacional e global –, desenvolvimento de estratégias de confrontamento das desigualdades raciais, de gênero, sociais, e de orientação sexual, bem como da violência, dos entraves nas áreas de saúde, educação, emprego, dentre outros.

Nota-se que a forma organizativa se estabelece em áreas institucionais opcionais, juntamente com atributos próprios, assim como espaço particularizado no desenvolvimento da identidade (SANTOS 2009). Santos evidencia características das ONGs mostrando-as como,

[...] o fato de não terem fins lucrativos; não exercerem atividades filantrópicas; serem políticas, mas não partidárias, e se caracterizarem como



entidades não governamentais, mantendo, ao mesmo tempo, certas relações de cooperação e diálogo com instituições governamentais, agências e entidades internacionais (SANTOS, 2009, p. 280).

Deste modo, as ONGs de mulheres negras possuem suas particularidades, as mesmas agem como espaços políticos para lutarem contra qualquer forma de opressão, por exemplo, o racismo, sexismo, discriminação, a lesbofobia, etc., apesar de tudo na atualidade não existe análises aprofundadas referentes às ONGs de mulheres negras no país (SANTOS 2009).

Vale salientar que, a Organização de Mulheres Negras da Paraíba - Bamidelê escolheu manter distância da sua relação com o próprio Estado, assim como também do próprio acesso aos recursos do governo. Mas, mesmo com esta distância, esta entidade acaba efetuando parceria com o Estado, foram poucas, porém ocorreram tendo assim projetos desenvolvidos com financiamento federal, ou seja, não quer dizer que seja proibida a efetuação destes projetos utilizando este tipo de financiamento ou com as dos órgãos públicos, afinal para estas ações serem desenvolvidas se faz necessário que exista financiamento e a organização não dispõem de recursos que sejam seus para que seus projetos e campanhas sejam sustentadas por mais tempo.

O Estado e as ONGs não possuem relações unânimes, pelo contrário ambos têm uma relação de tensões e conflitos. Entretanto, essas tensões com o Estado eram vistas também no movimento negro na questão referentes a atenção as suas exigências. Não era possível uma conversação de modo direto com o Estado, mas estas conversas eram possíveis existirem por meio da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Governo do Estado da Paraíba, durante o período de 2010, foi originada a Secretaria Especial de Estado de Políticas públicas para as Mulheres da Paraíba.

Nota-se, com isto, que a Organização de Mulheres Negras da Paraíba – Bamidelê possui como dificuldades a falta de financiamento, no entanto esse problema vivenciado é detectado por várias outras entidades, podemos perceber isto a partir da fala de uma das participantes desta organização,

É importante dizer que essas dificuldades encontradas pela Bamidelê, são dificuldades encontradas pelas maiorias das organizações, sobretudo as organizações de mulheres negras no Brasil, porque as mulheres negras elas começam se organizar em ONGs, organizações não governamentais tardiamente e essas organizações começaram também a acessar recursos tardiamente então a gente nunca esteve no patamar de outras organizações no tocante ao acesso a recursos, então nós mulheres negras sempre é tocamos as organização com menos dinheiros do que as organizações brancas então esse é o cenário, essa foi à questão mais difícil é que a falta de

financiamento devido a situação social do país e a solução foi intensificar as parcerias (Entrevistada em 18/03/2018).

Porém, essas dificuldades não impediram que esta organização deixasse de funcionar, pois esta sempre buscando ou fazendo articulação com outros movimentos negros e com outros movimentos sociais, assim suas atuações políticas não foram prejudicadas. Desta forma, esta questão pode ser compreendida a partir do posicionamento da integrante da instituição quando a mesma refere-se que

O fato da gente encontra essa dificuldade é de sustentabilidade financeira não impediu o funcionamento da instituição e nem a sua atuação política em si, a Bamidelê sempre esteve em vários espaços da sociedade fazendo sempre articulação com os movimentos negros, movimentos feministas, movimento de juventude e muitas ações a gente encontrou como solução fazer ações em parcerias então a gente intensificou a parceria por exemplo com, o Fórum de Juventude Negra, trabalhando com a juventude a gente intensificou com o movimento de mulheres ao invés de fazer ação sozinha enquanto organização muitas ações a gente ia atrás de parcerias né, tanto de parcerias políticas mas também parcerias que pudessem é, colocar algum recurso para que a ação fosse de fato efetivada então a gente efetivou e atuou muito com grupos de dentro das universidades como o NEABI de João Pessoa, o NEABI de Guarabira pra potencializar as ações, a solução que a gente encontrou pra dar resposta a essa ausência ou esse pouco é, dinheiro para sustentabilidade da ação política a gente encontrou como solução e, intensificar as parcerias para dar sustentabilidade a nossa ação política (Entrevista cedida em 18/03/2018).

Nesta perspectiva os projetos construídos e realizados pela Bamidelê durante o período de 2011 – 2016 são os seguintes: *Projeto Fortalecendo a luta antirracista e os direitos da população negra na Paraíba*, *Projeto Wa Bájà: mulheres quilombolas na luta pela equidade racial e de gênero como um direito humano, por uma identidade negro-quilombola!*, *Projeto “Yépada: Mulheres negras na luta contra o racismo e na defesa dos direitos humanos”*, *I Encontro Estadual de Mulheres Negras: Paraíba Rumo à Marcha/2015*, *Projeto Malungas: Mulheres Negras Paraibanas Rumo à “Marcha da Mulheres Negras – 2015”*, *Projeto “Pretitude: Potencializando o protagonismo da juventude negra no combate ao racismo institucional”*.

3.2-“Wa Bájà<sup>9</sup>” continua: Um olhar sobre as ações da Bamidelê (2010-2015).

Dentre as ações ou projetos efetuados pela Bamidelê temos, por exemplo, o projeto desenvolvido em 2011, intitulado como *“Fortalecendo a luta antirracista e os direitos da*

---

<sup>9</sup> Palavra que possui origem ioruba que possui como significado: Wa = nossa e Bájà = luta.

*população negra na Paraíba*” que tinha como objetivo cooperar com o seu revigoramento, visando o fortalecimento do combate antirracista, assim como fomentar ações para advogar a implementação e a realização das políticas para a promoção de igualdade racial, sobretudo nas questões relacionadas à saúde e educação.

O ano de 2011 foi um marco, pois completava dez anos de ação da Bamidelê. Essa data comemorativa proporcionou reflexão aos integrantes, nos aspectos avaliativos da sua criação, das ações que estas desenvolveram durante todo este período dos 10 anos, assim como fizeram uma retrospectiva do progresso da luta antirracista e o combate ao sexismo. Vários desafios existentes ainda se encontravam na ONG, entre eles: engrandecer o feminismo na busca por acabar com a concepção “universalista do movimento feminista”; a sustentabilidade política e financeira visando o quadro de crise financeira que afetaram as organizações não governamentais, sobretudo as do Brasil; entre outros (Relatório<sup>10</sup>, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2011, p. 1-22).

Além disso, o período de 2011 marca um ano banhado pelas sobrecargas dos serviços dos integrantes que estavam sofrendo diminuição de recursos para as atividades referentes aos projetos voltados para ação política. Neste contexto, no mesmo ano foram efetuadas Várias conferências no Brasil e por meio delas são desenvolvidos planos de ações para o Estado no que diz respeito à promoção de políticas públicas para comunidade no geral. Existem dois eixos temáticos que esta ONG tem como fundamentais para seus espaços de atuação, ou seja, voltados para os espaços relacionados à saúde e as políticas para as mulheres. Mesmo diante das dificuldades, efetuaram-se neste mesmo ano procedimentos formativos que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos e a saúde das mulheres, como também o avigoreamento políticos das mulheres negras, as integrantes da Bamidelê participaram das atividades formativas compreendendo a importância da capacitação e as formações para seu grupo no que diz respeito à batalha pela saúde sexual e reprodutiva, pelos direitos das mulheres negras paraibanas (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2011, p. 01-22).

É importante ressaltar que, o ano de 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) afirmou-o como ano Afrodescendente, pois reconhece a importância que esta temática possui, ou seja, que seria de fundamental relevância para se construir uma sociedade justa, assim essas discussões políticas internacionais admitidas pela ONU quando introduziu em suas agendas no que tange as demandas das desigualdades que as pessoas negras vêm sofrendo contribuem também para o fortalecimento das demandas e os questionamentos efetuados pelo

---

<sup>10</sup>A partir de agora a palavra relatório será usada nas referências, pois esta designará às fontes documentais, os quais são relatórios dos projetos/ações efetuados pela Organização de Mulheres Negras na Paraíba – Bamidelê.

movimento de mulheres. Apesar da conjuntura nacional e internacional não estar sendo propícia para as ONGs, a Bamidelê sustentou a sua atuação política com base na ética e em uma estrutura voltada para uma sociedade civil mais organizada (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2011, p. 1-22).

Ao nos referimos aos projetos não podemos deixar de destacar a campanha eletrônica de Promoção da Identidade Negra na Paraíba: *Moren@, não. Eu sou Negr@!*, gostaria de esclarecer que esta na verdade se trata de uma campanha permanente elaborada pela Bamidelê que teve sua primeira edição proveniente do ano de 2009 que tinha como finalidade fomentar a afirmação da identidade negra, sobretudo das paraibanas, que teve como marco de lançamento, no dia 30 de julho, como uma atividade relativa ao “Dia das Mulheres Negras da América Latina do Caribe” que tinha como data de celebração o dia 25 de julho. Todavia, foi um acontecimento executado juntamente com a parceria do NEABI. Campanha esta que acabou se estendendo a nível nacional. Mais tarde foi desenvolvida três novas edições desta campanha, no período de 2010, 2012 e 2015, objetivando o empoderamento coletivo da população negra no combate aos direitos sociais.

Durante o ano de 2010 momento em que esta campanha foi relançada ela ficou conhecida agora como “*No censo 2010, afirme sua negritude: “Moren@ não, eu sou negr@!”*” visando à mobilização das pessoas negras para que estas passassem a se declararem nas categorias de cor frente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. Com relação às principais estratégias desta campanha Carvalho e Rocha (2013, p.10) salientam que foram feitas,

[...] campanha publicitária; articulação com a mídia local; formação política (oficina roda de diálogo e seminário); sensibilização de gestores/as, formadores/as de opinião; alianças com Movimento negro, feminista e movimentos sociais, núcleos universitários; parceria com empresas, associações, conselhos, sindicatos etc; e mobilização nas ruas. Além disso, são destacados os instrumentos utilizados para divulgação: vídeos, SPOTs de rádio, busdoor, panfletos, adesivos, camisetas, bottons e cartazes.

Acredita-se que para as autoras os meios utilizados pelos organizadores da campanha se fazem necessário para promoção e articulação da mesma para que todos sejam informados e formados a partir das oficinas, dos seminários, etc.

Já no ano de 2012, a campanha de Promoção da Identidade Negra na Paraíba intitulada como “*Afirme sua negritude Moren@, não. Eu sou Negr@!*” passou a ser exibida durante o evento “Cotas e cidadania – um direito seu”, este encontro foi efetuada por meio de debates desenvolvidos na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, a Bamidelê conseguiu obter a parceria do NEABI para que essa campanha fosse relançada. Durante o evento seria

questionada a necessidade o aprimoramento das políticas públicas em relação às cotas, principalmente no que diz respeito à população negra do próprio Estado da Paraíba. A campanha passou então a ser divulgada em redes sociais (Facebook, Twitter), e outras formas de divulgação se deram por meio de panfletos, blusas contendo a estampa que faz menção a campanha, entre outros (CARVALHO; ROCHA, 2013).

Este evento tinha o propósito de recepcionar os cotistas ingressantes na UFPB. Deste modo, o NEABI, juntamente em parceria com o Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, recepcionaram os primeiros alunos cotistas (CARVALHO; ROCHA, 2016). Porém mesmo o evento tendo sido organizado para discutir as cotas baseado no projeto de Lei nº 12.711/2012 estabelecida pelo governo a UFPB continuava sustentando as políticas universalistas. Com relação a estes questionamentos que fazem menção as cotas o governo federal neste mesmo ano referido sancionou a Lei de nº 12.711 evidenciando que,

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita (BBRASIL, 2012)

No tocante, a campanha se intensificou no ano de 2012, quando foi instituída como ação política do projeto *“Yépada: Mulheres negras na luta contra o racismo e na defesa dos direitos humanos*, realizado pela Organização de Mulheres Negras na Paraíba, os recursos são repassados pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), projeto esse que começou por volta de 2011, mas que ainda estava em realização. No que tange a avaliação do desenvolvimento do projeto a Bamidelê teve que enfrentar obstáculos para realizarem alguns itens, pois a mesma encontrava-se em fase de extrema dificuldade para sustentar seu projeto político devido a consequência de ausência de recursos institucional, no ato do desenvolvimento deste projeto teve modificações no grupo de trabalho, porém realizaram o projeto, porque instituíram união com as organizações de movimentos sociais e também das universidades públicas. Contudo, apesar dos investimentos ocorridos durante este período por meio da CESE que estava ainda em seus primeiros passos, a Bamidelê não conseguiu investimentos que suprisse a realização de todo seu projeto.

Vale ressaltar também que a quarta edição da campanha Moren@, não. Eu sou Negr@! Foi realizada, em 13 de maio de 2015, em João Pessoa/PB, essa ação como

já apontamos teve com o meta valorizar a imagem da população negra, e aprimorar cada vez mais as discussões que visam a necessidade de se originar políticas que suscitem a equidade racial. Ao analisar o censo do IBGE, referente ao ano de 2010, demonstrou que no Brasil a porcentagem da população negra é de 50,7%, enquanto na Paraíba a população negra estima em 58,3%, e a população negra (os) em João Pessoa/PB em torno de 54,1% (Relatório, BAMIDELÊ - OMN/PB, 2015, p.02). Estes dados representam que do total das porcentagens que representam a quantidade de pessoas negras no Brasil, a Paraíba possui um maior número.

Nota-se com isto que mesmo que a maioria da população existente no Estado paraibano seja de mulheres negras estas ainda encontram-se na invisibilidade, desta forma os movimentos sociais de mulheres negras tentam dar visibilidade a essas mulheres, porém é uma luta árdua banhada ainda pelo preconceito que a sociedade no geral atribui a esses sujeitos. Todavia, as organizações de mulheres negras na Paraíba ainda são mínimas e desta forma isto impossibilita um pouco mais a visibilidade delas, pois quanto mais se tem parcerias entre movimentos que lutam pela mesma causa mais forte sua voz permanece. Contudo, os poucos investimentos destinados a essas instituições não são afetados por conta das poucas organizações no Estado, mas sim pela falta de reconhecimento a causa das feministas negras.

Importante frisar a existência de um concurso fotográfico referente a campanha *Moren@, não. Eu sou Negr@*. Neste concurso tinham fotografias amadoras e profissionais. Os organizadores deste projeto buscavam elevar a auto-estima das mulheres negras, mostrando-as que são lindas, a premiação inclusive foi na Energiza e aberta ao público, onde também a equipe da Bamidelê exibiu depoimentos de mulheres que já participaram da organização, estas relataram o que mudou a partir do momento que conheceram a Bamidelê, como era antes de participarem desta Organização de mulheres negras na Paraíba. Contudo, esta Campanha de Afirmação da Identidade Negra na Paraíba não é formalizada ainda como uma campanha propriamente da Bamidelê a mesma pretende formalizá-la, porém tem custo.

Outras ações foram realizadas neste mesmo ano, como, por exemplo, a campanha frente ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas a *Formação sobre Identidade Negra*; no dia 15 de julho de 2012, a de fotografia denominada "*Olhares de Caiana*", executada juntamente com as jovens e as mulheres negras provenientes das comunidades quilombolas pertencentes à cidade de Alagoa Grande, Paraíba; em 25 de novembro deste mesmo ano foi realizada a Celebração do dia referente à Consciência Negra na comunidade quilombola; Neste mesmo ano também ocorreu na Universidade Estadual da Paraíba, em Guarabira/PB a divulgação da Campanha de Promoção da Identidade Negra na Paraíba: *Moren@, não. Eu sou negr@!e* etc.

Assim, a Bamidelê obteve apoio de algumas instituições para que as ajudassem para a efetivação de seus projetos, deste modo não só nesta campanha que teve sua divulgação por meio de blog e paginas na internet. Deste modo, esta instituição contou ao longo de sua caminhada na realização dos seus projetos com inúmeras parcerias durante este período pesquisado que equivale a 2010 e 2016 como nos anos anteriores.

Além do apoio fornecido pela CESE, a Bamidelê recebeu apoio para a realização de seu projeto da Organização de Mulheres Negras de Caiana dos Crioulos (OMNCC) estas apoiavam a partir da divulgação de suas ações, por meio da articulação da comunidade, assim como a exibição de Ciranda, recebiam apoio também do Grupo de Pesquisa Dandá – Ê (grupo da UEPB componente do NEABI/UEPB, campus de Guarabira), contribuindo nas discussões com os participantes componentes da banca, já o Fundo Social colaboraram por meio da produção de materiais da referida campanha, enquanto o Fundo Brasil de Direitos Humanos contribuiu com transporte, materiais e com educadora social, e por último e não menos importante o Núcleo de Estudos Afro - brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), auxiliou a partir da articulação e da divulgação dos atos nas paginas eletrônicas (facebook, blogs e e-mail), assim como nas produções de materiais e articulação de espaços dentro da UFPB para atuação deste grupo de mulheres negras. Vale ressaltar que, nenhuma destas parcerias é proveniente de governo ou de políticas públicas, mas são fundações independentes, e outras são entidades não governamentais.

Em meados de 2013, a Bamidelê lança um projeto intitulado *“WaBájà: mulheres quilombolas na luta pela equidade racial e de gênero como um direito humano, por uma identidade negra quilombola!*. Segundo o relatório da Bamidelê que faz menção ao ano de 2013 este projeto tem por objetivo:

Articular a manifestação cultural da Ciranda, à escola e à organização comunitária, visando constituir elementos para combater o racismo ambiental e fortalecimento da identidade negro-quilombola na comunidade remanescente de quilombo denominada “Caiana dos Crioulos” no município de Alagoa Grande/PB (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2013, p. 01).

Nota-se que os objetivos que a organização traz nos projetos possui direcionamento voltado a causa da luta contra o racismo como também visa o avigoreamento da identidade negra (a), ou seja, afirmar a identidade negra para essas mulheres não é tarefa fácil, pois a população negra são as que mais são vitimas de preconceitos e as que sempre estão buscando visibilidade perante a sociedade que as excluem, pois as mulheres negras sofrem duplo preconceito o primeiro por serem mulheres e o segundo por serem negras.

Tendo em vista alguns contratempos esse projeto foi realizado no mês de abril de 2013. Durante a execução do mesmo foram efetuadas ações de exposições intituladas como “*olhares de Caiana*” nas escolas da cidade de Alagoa Grande/PB, foram realizadas também atividades de caráter informativas conhecidas como “*conversando sobre racismo ambiental na Escola*” realizada em duas escolas, desenvolvendo *oficinas sobre racismo ambiental* e outra sobre a *ciranda como elementos educativos para o fortalecimento da identidade quilombola*, e *rodas de ciranda* com as comunidades, *encontro “Culturas Negras”*, entre outros.

No entanto, o projeto teve certas dificuldades no que diz respeito à participação da comunidade por conta de outras atividades que havia sido estabelecida na mesma, mas como solução se deu o aumento de parcerias com a missão de garantir um número elevado de participação das pessoas daquela comunidade. Durante a construção do projeto foi feito inúmeros planejamentos, avaliações, questionamentos junto com as lideranças locais. O projeto conseguiu atingir um número significativo de beneficiários em torno de 600 e foi desenvolvido através da personificação cultural daquela comunidade para que com isto a comunidade estivesse cada vez mais incorporada e acolhida pelo projeto. Assim, o projeto apoiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH) colaborou com a luta da comunidade remanescentes quilombolas as quais passavam por extremas dificuldades da implementação dos direitos destas (Relatório, BAMIDELÊ OMN/PB, 2013, p. 01-05).

Assim, o FBDH é uma instituição sem fins lucrativos que possui como função fomentar o respeito aos direitos humanos no estado brasileiro, investindo em mecanismos sustentáveis que estimulem recursos que revigorem as organizações da sociedade civil. Esta fundação apoia projetos que visam a defesa dos direitos humanos a partir de recursos financeiros que são doados por sujeitos, instituições ou de empresas.

Outra ação muito importante conduzida pela Bamidelê é a comemoração do dia 25 de julho. Foi sancionado o programa de Lei 23, no período de 2009, que determinava o dia 25 de julho não somente como o dia especificamente destinado as mulheres afro-latino-americanas e as afro-caribenhas, mas que, no ano de 2014, foi instituído nacionalmente como o Dia de Tereza de Benguela, com o intuito de homenagear esta líder quilombola, e também as Mulheres Negras brasileiras.

Segundo, Prates (2011) Teresa Benguela foi uma figura feminina que representava a resistência da mulher negra que, sobretudo era escravizada, exaltado a sua luta que antecedia as organizações feministas as quais ainda não eram existentes. A autora denota esta questão a



partir de seu artigo publicado na Revista Saberes CEFAPRO/Cuiabá. Onde enaltece seu protagonismo salientando que,

Uma guerreira que lutou, organizou e comandou o Quilombo do Quariterê durante o século XVIII em prol dos negros, representando a força feminina de Vila Bela foi conhecida como Rainha Teresa. Com sua força, o quilombo se manteve ativo por um período considerável, o que contribuiu para a preservação da vida de muito negros. Teresa sempre foi Rainha, e como tal preferiu a morte a ter que voltar a ser escrava; após a destruição do Quilombo, suicidou-se. Mas a vida de Teresa não acabou com seu suicídio. De acordo com muitos relatos de moradoras de Vila Bela, Teresa se personificou nas mulheres da Vila, deixou seu exemplo de determinação e preocupação com o próximo (PRATES, 2011, p. 73),

Em 1992, o dia 25 de julho passou a ser o nascente político representando a luta das mulheres negras tanto na América Latina quanto no Caribe, o qual ficou enraizado a partir do I Encontro de Mulheres Afro-latino-americana e do Caribe, realizado em Santo Domingos na República Dominicana. Na Paraíba, essa data é organizada pelo Movimento de Feministas Negras em conjunto com a Bamidelê, durante os anos de 2012 a 2015 (SANTOS 2016).

Vale ressaltar que, essas atividades referentes ao dia 25 de julho obtiveram parcerias da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras (AOMNB), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba (REDEMA/PB), com o Cunchã - Coletivo Feminista e por ultimo, mas não menos importante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Assim, a REDEMA/PB foi um dos importantes veículos para que os grupos das mulheres paraibanas pudessem se articular e desenvolverem várias campanhas, manifestações, projetos ou até mesmo eventos (BARBOSA, 2016). Para reforçar esta discussão Barbosa salienta o motivo da criação da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba

A REDEMA/PB foi criada em 2001, a partir da necessidade de um espaço de articulação política com os grupos da Paraíba, isto é, “um espaço para organizar, planejar e fortalecer as lutas feministas no contexto local e nacional”, com o intuito de fortalecer o diálogo e a ação coletiva das mulheres paraibanas (BARBOSA, 2016, p.72-73).

O relacionamento da Bamidelê com a Cunchã – Coletivo Feminista se dá por meio de apoio tendo em vista que ambas tem uma causa em comum, ou seja, a luta pela igualdade de gênero, estas desenvolveram ao longo desta parceria eventos e manifestações em prol dos direitos das mulheres.

Dessa forma a entidade cultural, passa desde a sua institucionalização há inserir o dia 25 de julho em seu cronograma. No entanto, foi no período de 2001, no mesmo ano em que

foi fundada, que as celebrações foram efetuadas em áreas e instituições públicas, por meio de rodas de conversas, encontros e firmando parcerias com vários movimentos sociais daquela localidade.

Durante 2012 e 2013, as execuções dos eventos foram feitas juntamente com o NEAB, tanto da UFPB quanto a UEPB, mas foi estendido a vários bairros da cidade de João Pessoa/PB e aos municípios de Alagoa Grande. A organização da Bamidelê em parceria com o NEABI da Universidade Federal da Paraíba efetuou uma mesa redonda com a temática “*Gênero e diáspora africana - marcos legais, educação antirracista e saberes negros*”, ocorrida em 31 do mês de julho, em João Pessoa. O evento teve parceria com a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba e também da Marcha Mundial de Mulheres. Alguns debates foram exercidos sobre o não emprego da Lei 10.639/2003, instaurando o Ensino da História da África no Brasil (SANTOS 2016).

Entretanto, na comemoração do dia 25 de julho, em 2013 foram realizadas não só através da Bamidelê ou então pelo Cunhã, mas, em parceria com a prefeitura municipal de João Pessoa, Capoeiristas Angoleiras fomentaram através da Secretaria Extraordinária de Políticas públicas para as Mulheres (SEPPM) e também junto com a Bamidelê o evento “*Reatando Laços*” sucedidos no bairro da capital.

Notadamente a SEPPM tem a missão de colaborar para que aja a promoção de igualdade de gênero, através da efetivação das políticas públicas que realizem os direitos humanos para as mulheres vencendo as condições de desigualdades sociais que as mulheres vêm enfrentando. Esta Secretária Extraordinária de Políticas Públicas foi criada pela Prefeitura Municipal da cidade de João Pessoa, Paraíba por meio da Lei 11.902 em 29 de março de 2010.

Dito isto, o auge do Movimento de Mulher Negra Brasileira (MMNB) sobreveio, no ano de 2015, os projetos que faz menção ao dia 25 de julho acabou sendo reforçado durante o Encontro Estadual de Mulheres Negras, evento este que contou com as participações de mulheres dos municípios da capital João Pessoa/PB, isto foi possível graças ao projeto do comitê MMNB que levava estas articulações existentes na capital para o interior (SANTOS 2016).

No dia 31 de julho a 02 de agosto de 2015, foi realizado o I Encontro Estadual de Mulheres Negras: Paraíba Rumo á Marcha/2015. Assim, o objetivo deste encontro é

Aprofundar o debate sobre o racismo e seus rebatimentos na vida das mulheres negras; Discutir as pautas e demandas específicas desse segmento na Paraíba; Fortalecer a autoestima individual e coletiva das mulheres

negras; Construir e reafirmar estratégias de mobilização da Paraíba rumo à Marcha/2015 (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2015, p. 01).

O encontro foi realizado em João Pessoa capital paraibana e as mulheres negras entenderam que a *Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a violência pelo Bem Viver/2015* é um momento importantíssimo para se unirem de forma coletiva e assim se fortalecerem no combate ao racismo e ao sexismo. Vale salientar que essas mulheres negras representantes do movimento de mulheres negras paraibanas fazem uma carta onde expressa sua revolta diante do quadro em que se encontram. Desta maneira destacam que,

Manifestamos nossa indignação e repúdio a todas as faces do racismo em nossa sociedade, relegando a todas as faces do racismo em nossa sociedade, relegando à população negra um lugar de segunda classe no acesso aos direitos humanos e bens comuns em nosso país. Nós nos manifestamos contra o racismo patriarcal, institucional e ambiental, que estrutura as desigualdades em nossa sociedade, praticado por uma elite masculina, branca, neoliberal, fundamentalistas e LGBTfóbica, que tem como estratégia a desvalorização e invisibilidade da população negra para a formação do povo brasileiro (CARTA DAS MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA, 2015, p. 01).

Decorrente disto, o que estas mulheres se referem é que marchem também pela implementação das políticas públicas para as mulheres negras, que querem acabar com o feminicídio das mulheres, buscam também a construção de mais delegacias na capital João pessoa, lutam pelo fortalecimento das mulheres negras para que estas ocupem áreas públicas, querem a garantia que terão os serviços de saúde de qualidade, o fim da intolerância religiosa, etc.

É de suma importância salientar que, as comemorações do dia 25 de julho é um ato permanente, pois as mulheres que fundaram a Bamidelê já realizavam uma ação do 25 de julho, então é uma ação permanente que acontece todos os anos de maneira diferente, as vezes ocorrem rodas de diálogo marcando essa data tão importante para as mulheres. Ela foi a primeira a puxar essa campanha, por exemplo, atualmente existe uma visibilidade inclusive pela prefeitura, pelo Estado que faz também ações referentes essa data, mas foi a partir da Bamidelê que de fato essa data teve visibilidade no Estado da Paraíba. Então, em alguns momentos realizou atos públicos sempre envolvendo as mulheres negras principalmente e sempre com apoios de outras organizações, de redes de mulheres. Mas, opta por não buscar tanto o município diante do apoio financeiro, para não perderem autonomia, porém quando o município organiza alguma ação relacionada à comemoração do dia da mulher. Os mesmos buscam a Bamidelê convidando-a para palestras, nota-se com isto que não tem parceria mas

tem reconhecimento, inclusive a organização possui um título de reconhecimento público tanto do município como do Estado.

Ao fazermos uma breve discussão sobre a questão das populações negras terem maiores chances de serem mortas que a população branca, no que diz respeito a estes questionamentos trataremos de elencar a campanha intitulada como “*Pretitude: Potencializando o protagonismo da juventude negra no combate ao racismo institucional*”. O projeto visa corroborar com a organização política dos jovens negros.

Esta ação teria como atividades seis oficinas; o II Encontro Estadual da Juventude Negra; O plenário da juventude negra em direção a marcha; “diálogos negros; Blitz étnicas; A campanha da pretitude e por ultimo, mas não menos importante o plenário da ENJUNE (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2015 – 2016, p. 01).

Para se ter ideia, no que diz respeito às questões sobre o racismo durante os anos de 2002 a 2011 se registrou o aumento em porcentagem da juventude negra assassinada a qual de 63% cresceu para 76,9%, mas a da juventude branca diminuiu para 22,8%, pois antes era de 36,7%. No Estado paraibano não é diferente, foi registrado neste mesmo período que a Paraíba possuía o maior número de homicídio da juventude negra (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2015, p.01-02). Com isto, se nota que o genocídio não se aplica somente na questão social, mas também racial.

No mesmo ano foi desenvolvido o projeto “*Iye Dudu: Um “conto” por uma educação antirracista*” e para que isto ocorresse foram efetuados os monitoramentos do projeto, reuniões com o objetivo de planejamentos das ações, além do mais é uma campanha exercida nas escolas, os professores passam por um processo formativo a primeira atividade formativa era voltada para a questão “identidade negra e racismo na escola”, enquanto a segunda era baseada na “Lei 10.939/03 – Por uma educação antirracista”. A campanha contava também com contações de histórias pra as crianças, foram exercidas também mesas de diálogos que constavam as discussões voltadas para os desafios para a efetivação da Lei 10.939/03. Esta lei trazia as seguintes questões,

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

Art. 79-A. (VETADO)"

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL,2003).

Não houve resistência diante da realização deste projeto nas escolas por parte da equipe de funcionários e alunos, pelo contrário eles queriam dar continuidade ao projeto. A Bamidelê desenvolve essas ações nas escolas pelo fato de compreenderem que a escola também é um meio de construção e de reconstrução coletiva.

Em meio a tudo isto, foi realizado em meados de 2015 o II ENJUNE Paraíba, na cidade de sapé, o encontro buscava aumentar as conversas referentes à realidade dos jovens negros tanto no Estado quando no país. No encontro fizeram um resgate histórico referentes às lutas das negras brasileiras, desde a colonização do país. O encontro contou com a participação estimada de 70 jovens, onde 58% do gênero masculino, 42% do gênero feminino, 23% de matriz africana, 03% de comunidades remanescentes quilombolas, 34% destes participantes eram LGBT enquanto 88% afirmavam-se negras (os), pretas (os) ou pardas (os), mas estiveram presentes no evento 12 municípios.

No começo do projeto se pensava em fazer uma ação voltada na formação da juventude de mulheres negras para a realização da Marcha das Mulheres Negras, mas por falta de participantes suficiente para que esta preparação fosse possível ser exercida não ocorreu como o planejado, assim, em meados de 2016, acaba aceitando um convite do grupo jovem de Timbó pertencente a João Pessoa/PB desta forma aproveitam este momento de articulação política, deste modo decidiram por fazerem uma troca de experiência referente ao *Feminismo e Incidência política*.

Dessa forma, podemos tomar como exemplo, das atividades realizadas durante o projeto a *Blitz*. Uma das *Blitz* que foi efetuada no Uruguai efetivada por meio da participação do Fórum Paraibano de Juventude Negra (FOJUNE) – PB que se fizeram presentes no Encontro de grupos e organizações juvenis que provinham dos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Isto só foi possível em decorrência da união juntamente com Centro de Ação Cultural (CENTRAC), a qual fez o convite para que o Fórum Paraibano de Juventude Negra (FOJUNE – PB) se fizesse presente para integrar a delegação paraibana.

Assim, a Campanha Pretitude foi registrada junto com o FOJUNE/PB, no ano de 2016, juntamente com a Bamidelê, lutaram pelo combate ao crime, a violência e o racismo

enfrentados pela juventude negra. Destarte, a Bamidelê juntamente com o Fórum Paraibano de Juventude Negra em parceria com a campanha “*Pretitude*” além de buscarem tudo isto que já foi citado, buscavam também dar viabilização ao Projeto de Lei 2438/15, mas este projeto encontra-se em discussão na Câmara dos Deputados e faz menção ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens. (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2015 – 2016, p. 01-14).

No que tange o projeto realizado pela Bamidelê denominado *Malungas: Mulheres Negras Paraibanas Rumo à “Marcha das Mulheres Negras – 2015”* tiveram recursos repassados pelo CESE, porém este teve dificuldade de articular a oficina em Guarabira/PB e assim desenvolveu apenas uma intervenção com relação à Marcha no Encontro da Juventude Negra que foi realizada na referida cidade. O número de pessoas beneficiadas a partir do envolvimento no projeto foi surpreendente, pois foi um total de 813 pessoas que estavam envolvidas no projeto, mas deste total 675 eram efetivamente de mulheres e destas 70% eram negras e 60% eram compostas por jovens. Todavia, as lideranças locais pertencentes à cidade ajudaram a mobilizar as oficinas. O objetivo do projeto “fortalecer a organização política das mulheres negras na Paraíba e contribuir para o desenvolvimento do processo preparatório para a “Marcha das Mulheres Negras 2015.”

É importante ressaltar que, além do apoio da CESE, o grupo teve outros apoios, como por exemplo, as provenientes da Cunhã Coletivo Feminista que bancava o gasto com a alimentação que seria destinada ao Encontro Estadual de Mulheres Negras, assim como a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana que as apoiavam da mesma maneira que esta primeira entidade, enquanto o Fundo Global para as Mulheres as quais ajudavam com a manutenção da estrutura da instituição como, energias, telefone, internet, etc. (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2015, p.01-13).

Diante de todas essas campanhas e ações chegamos a conclusão que embora a Bamidelê seja uma entidade não governamental ela depende sim de ações governamentais. Aliás, esse é o seu objetivo já que ao investir na propagação de informação e empoderamento feminino em especial o negro, a ONG investe também em novos indivíduos capazes de lutarem e reivindicarem por políticas públicas que melhorem e beneficiem suas vidas de forma igualitária e democrática. Logo, o contexto, que vai de 2010 à 2016, foi marcado pelo favorecimento dessas ações, embora que, o ano de 2016, não tenha sido favorável para a discussão dessas ações.

Desta forma, ao retomamos o atual contexto que vivenciamos com os retrocessos referentes a inúmeras políticas públicas e os cortes financeiros referentes a elas, percebemos o

quanto é importante a ação de ONGs como a Bamidelê. Assistimos hoje a uma propagação de falas preconceituosas e machistas relacionadas a grupos étnicos e a sua cultura. Um retrocesso que pode atingir às mulheres e muitas outras minorias. Por tudo isso, acreditamos mais do que nunca que dar visibilidade a trabalhos como esses, em que a Bamidelê atua, mostrando que ainda é possível uma sociedade que lute por uma equidade de gênero, raça e classe se faz de suma importância.

## CONCLUSÕES FINAIS

Notadamente, se percebeu durante as discussões que as mulheres negras passaram a se organizar politicamente no Brasil, por volta da segunda metade do século XX, e início do século XIX. Entretanto, o movimento de mulheres negras se construiu a partir do momento em que os movimentos sociais foram insuficientes nas discussões que dizem respeito às questões do racismo, sexismo e todas as formas de desigualdades que as mulheres negras vivenciam.

Assim, surgiu a Organização de Mulheres Negras na Paraíba – Bamidelê, que tinha por objetivo por meio de suas ações políticas a luta contra o racismo e também o combate ao sexismo. As ações desenvolvidas por esta entidade têm mostrado resultados significativos, afinal a Bamidelê acaba intervindo no âmbito da educação, no combate a violência contra a mulher e a construção da identidade negra no Estado paraibano. Desta forma, notamos que esta organização desde a sua fundação vem desenvolvendo articulações com os movimentos negros do Estado da Paraíba e com outros movimentos de cunho nacional e internacional, com isto percebemos que as relações entre elas se dão por meio do apoio de parceria com esses grupos.

É possível perceber com isto, que a relação entre esses grupos é de suma importância para a Bamidelê, pois através desta parceria o grupo vai ganhando mais força e seus projetos passam a ser efetuadas por meio destas parcerias, pois se a organização passa por problemas financeiros estas uniões são de extrema importância.

A partir de um breve contexto histórico, podemos compreender o porquê das lutas destes movimentos negros, especialmente a do Movimento de Mulheres Negra da Paraíba-Bamidelê, e as formas como estas mulheres desenvolviam as suas ações afirmativas e o modo como elas envolviam outros movimentos no Estado.

Contudo, realizar esta pesquisa não foi tarefa fácil, várias dificuldades surgiram ao longo deste processo, ou seja, a falta de documentação e de autores para fundamentação das discussões aqui elencadas, pois são poucos que tratam de assuntos relacionados especificamente aos movimentos sociais, principalmente os movimentos de mulheres negras. Assim, como também os aspectos relacionados às políticas públicas destinadas as estas mulheres particularmente, pois são poucas as políticas públicas desenvolvidas para as mulheres negras.

Todavia, sabemos que ser mulher e negra não é nada fácil, mas sim é um desafio diário tendo em vista que a sociedade é tanto machista quanto sexista e racista. Deste modo os



problemas das mulheres negras se intensificavam cada vez mais na ausência de representatividade nos próprios movimentos sociais feministas e negros. As mulheres negras carregam ainda o peso do papel que fora atribuídos a elas deste o tempo da escravidão, ou seja, cuidar da família branca, trabalho doméstico e os cuidados com os filhos e isso configurou a imagem que a mulher negra carrega até hoje na sociedade, representada em novelas, propagandas e outras mídias.

Deste modo, percebemos que as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos perduram por muito tempo, as mudanças atualmente são notáveis apesar de lentas. Pouco a pouco este cenário vem mudando, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido, afinal construir uma identidade própria demanda resistência. No entanto, para aqueles que não conhecem a atuação das mulheres negras acabam se equivocando em pensar que os problemas de efetuação das pautas de luta destas eram antigos, pertenciam ao passado. E que atualmente não existiria mais essa necessidade de se originar um movimento específico para essas mulheres.

Por isso, a Bamidelê, é extremamente importante para compreendemos que as mulheres negras pertencem o mesmo lugar de atuação e que precisam cobrar dos governantes políticas públicas de inclusão.

Mesmo trazendo à tona as políticas públicas efetuadas para as mulheres nos deparamos com várias lacunas que abordam estas questões, pois buscávamos especificar as políticas públicas voltadas para as mulheres negras em especial, porém devido à escassez de trabalhos, documentação e leis efetuadas isto não foi possível. Todavia, optamos por trabalhar esta questão denotando estes sujeitos no geral, ou seja, tanto as mulheres negras quanto as brancas. Contudo, perante as discussões aqui elencadas se percebe o quanto ainda é preciso lutar para que sejam implantadas essas políticas, pois as que são existentes não suprem a necessidades destas mulheres e que ainda há muito que ser modificado.

Assim, é através destas militantes representadas nessa pesquisa pela Bamidelê que outras mulheres negras que não participam de nenhum outro movimento passam a terem suas vozes exaltadas buscando, sobretudo, o tratamento igualitário sem nenhuma forma de violência ou discriminação.

Esta pesquisa poderá contribuir assim, para demonstrar as dificuldades e as conquistas desta instituição, apresentando aos leitores quais são as suas lutas e anseios por uma sociedade mais justa, apresentando também que infelizmente o Brasil ainda é um país desigual e excludente.

## REFERÊNCIAS:

AGUIÃO, Sílvia. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil. In: **Dossiê Gênero e Estado: Formas de gestão, práticas e representação**, s/l, 2017, p. 1-54. Disponível em: <<file:///D:/lendo%20essa/Política%20mulheres%20negras.pdf>>. Acessado em 02/03/2018.

ALVEZ, Luciane Ferreira. **Políticas públicas para as mulheres: estudo sobre o plano municipal de políticas públicas para as mulheres**, 2016, 49f. TCC (Monografia de Tecnologia em Gestão Pública)-Departamento de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, 2016.

ARRAES, Jarid. **As necessidades das mulheres negras são muito peculiares e sem que seja feita uma profunda análise do racismo brasileiro, é impossível atender às urgências do grupo**. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>> . Acessado em 08/06/2017.

BAIROS, Luiza. O enfrentamento ao racismo foi inserido no planejamento Governamental. In: SANTOS, Katia Regina da Costa; SOUZA, Edileuza Penha de Souza. **SEPPIR promovendo a igualdade racial para um Brasil sem racismo**, Brasília, 2016, p. 01-126. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/seppir-promovendo-a-igualdade-racial-para-um-brasil-sem-racismo.pdf>>. Acessado em 22/03/2018.

BÁRBARA, Silvana; PAIVA, Juliana. **Inserção das mulheres negras nos movimentos sociais**. In; Revista Online Blogueiras Feministas, 2017, s/n. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/07/insercao-das-mulheres-negras-nos-movimentos-sociais/>>. Acessado em 11/06/2017.

BARBOSA, Karla Maria da Silva. **Feminismo e Emancipação Feminina: Um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba**, 2016, 112f. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, 2016. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/9758/2/arquivototal.pdf>> Acessado em 14/05/2018.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, Ronaldo Crispim Sena. Políticas de promoção da igualdade racial: um novo redesenho das políticas públicas no Brasil. In: SANTOS, Katia Regina da Costa; SOUZA, Edileuza Penha de Souza. **SEPPIR promovendo a igualdade racial para um Brasil sem racismo**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2016. p. 01-126. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/seppir-promovendo-a-igualdade-racial-para-um-brasil-sem-racismo.pdf>>. Acessado em 22/05/2018.

BELLOZO, Edson; Rezende, Maria José de. A participação das mulheres nos Movimentos Sociais Brasileiros nas décadas de 1970 e 1988: A luta pela redemocratização.s/l, 2017, s/n. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirosimposio/completos/edsonbellozo.pdf>>. Acessado em 05/06/2017.

BORGES, Juliana. **A urgência do pensamento feminista negro para a democracia**. In: Blog da Boitempo, 2017, s/n. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2017/04/06/a-urgencia-do-pensamento-feminista-negro-para-a-democracia/>. Acessado em 11/06/2017.

**BLOG MOV. FEMINISTAS**. In: Thais M, Izabella B, Isabella M, Jéssica O, Juliana T, Maykon R, Larissa F, Nathaliê. **Movimentos feministas**. 2010, s/p. Disponível em: <http://movfeministas.blogspot.com.br/2010/09/importantes-ondas-feministas.html>. Acessado em 07/06/2017.

**BRASIL**. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029 de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF, jul 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 8.136, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013. Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.288, de 20 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, ago 2012.

**BRASIL**. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Acessado em 02/05/2018.

**BRASIL**. SPM – SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. Distribuição percentual da população feminina por cor/raça”. Disponível em: <file:///D:/lendo%20essa/Dados%20%20Secretaria%20Nacional%20de%20Políticas%20para%20Mulheres.pdf>. Acessado em 02/05/2018.

BRITO, Priscilla Caroline. Mulheres Negras: Mais que um recorte. É necessário políticas públicas efetivas. In: **Blog Mulher Negra**, 2018, s/n. Disponível em: [file:///D:/lendo%20essa/Mulheres%20Negras\\_%20Mais%20que%20um%20recorte%20.%20É%20necessário%20políticas%20públicas%20efetivas%20.%20-%20Geledés.pdf](file:///D:/lendo%20essa/Mulheres%20Negras_%20Mais%20que%20um%20recorte%20.%20É%20necessário%20políticas%20públicas%20efetivas%20.%20-%20Geledés.pdf). Acessado em 02/05/2018.

CANTO, Vanessa Santos do. **O Devir – “Mulher Negra”: uma proposta ontológica e epistemológica**, 2009, 171f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

<[http://uninomade.net/wpcontent/files\\_mf/110610120228O%20Devir%20Mulher%20Negra%20-%20Vanessa%20Santos%20do%20Canto.pdf](http://uninomade.net/wpcontent/files_mf/110610120228O%20Devir%20Mulher%20Negra%20-%20Vanessa%20Santos%20do%20Canto.pdf)>. Acessado em 11/06/2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: **Estudos Avançados /USP**, 2003, p. 117-132. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acessado em 10/06/2017.

CARVALHO, Rayssa Andrade. O movimento de Mulheres Negras na Paraíba: um olhar sobre a Bamidelê – Organização de Mulheres negras na Paraíba (2001-2012). **Monografia**. João Pessoa, 2013.

\_\_\_\_\_. Movimento de Mulheres Negras e a luta pela afirmação dos Direitos Humanos no Brasil. In: **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.2, n.1, 2012, p. 1-10. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/viewFile/14252/8826>>. Acesso em 10/01/2017

CARVALHO, Rayssa A.; ROCHA, Solange R. As mulheres negras em movimento no Brasil: atuação política da Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba. In: **GÊNERO | Niterói**, v.16.n.2, 2016, p. 71 – 89. Disponível em: <<file:///C:/Users/Qbex/Downloads/802-2224-1-PB.pdf>> . Acesso em 18/05/018.

\_\_\_\_\_. Feminismo negro no Brasil: Ações da Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba na construção e afirmação de identidade negra. In: **ENCONSTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTES E NORDESTE**, João Pessoa, 2012, s/n. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/65/206>>. Acessado em 10/06/2017.

CARDOSO, Cláudia Pons. **A construção da identidade feminista negra: Experiências de Mulheres Negras Brasileiras**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013, p. 1-12. Disponível em: <[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373240696\\_ARQUIVO\\_textoClaudiaPonsCardosoST092.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373240696_ARQUIVO_textoClaudiaPonsCardosoST092.pdf)>. Acessado em 11/06/2017.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. In: **Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero**, 2005, p. 1-20. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>>. Acessado em 11/06/2017.

COSTA, Simone da Silva. Movimento feminista, história das mulheres e gênero: Política, poder e saber. In.: ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; NETO, Martinho Guedes dos Santos; (et al). **Historiografia e(m)diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/ANPUH-PB, 2010, p.178-190.

DAMASCO, Mariana Santos. MAIO Marcos Chor. MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde e reprodutiva no Brasil (1975-1993). In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2012, 133-151. Disponível em:

<<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/feminismo-negro-rac3a7a-identidade-e-sac3bade-reprodutiva-no-brasil-1975-1993-mariana-santos-damascomarcos-chor-maio-e-simone-monteiro.pdf>>. Acessado em 11/06/2017.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. In: **Revista Mediações**, Londrina-PR, 2000, p. 11-40. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>>. Acessado em 23/06/2018.

\_\_\_\_\_. Mulheres- atrizes dos movimentos sociais relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. In: **Revista Política e Sociedade**, Santa Catarina-SC, 2007. p. 41-70. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255/1200>>. Acessado em 22/01/2018.

GOMES, Cláudia Ferreira Alexandre. Arrazola, Laura Susana Duque. Feminismo negro: Movimento social para igualdade de Gênero e de raça. In: **XII Colóquio Nacional Representações, Gênero e Sexualidade**, Campina Grande-PB, s/d, p. 1-13. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO\\_EV053\\_MD1\\_S\\_A8\\_ID1763\\_25052016183149.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_S_A8_ID1763_25052016183149.pdf)>. Acessado em 11/06/2017.

GOMES, Mara. Por que feminismo negro?. In: **Instituto da mulher negra**, s/l, 2013, s/n. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2013/06/13/feminismo-negro/>>. Acessado em 08/06/2017.

HENRIQUE, Ricardo. CARVALHO, Eliane. Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. In: **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas** (Org.). – Brasília - Ministério da Educação: UNESCO, 2005, p. 209-224. Disponível em: <<file:///D:/lendo%20essa/políticas-públicas-e-ações-afirmativas-mec-eliane-e-ricardo.pdf>>. Acessado em 02/05/2018.

OLIVEIRA, Mônica. Plano de prevenção à violência contra a juventude Negra completa um ano em setembro. In: **Entrevista**, s/l, 2013, s/n. Disponível em: <<http://dssbr.org/site/entrevistas/plano-de-prevencao-a-violencia-contr-a-juventude-negra-completa-um-ano-em-setembro/>>. Acessado em 02/05/2018.

MEDEIROS, Camila Pinheiro. **Mulheres Negras: racismo, identidade e discursos étnico**. s/l, s/d, p. 13-21. Disponível em: <<http://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-19.pdf>>. Acessado em 11/06/2017.

MENDES, Raiana Siqueira. VAZ, Bruna Josefa de Oliveira. CARVALHO, Amasa Ferreira. O movimento feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. In: **Núcleo de estudos e pesquisas sobre Gênero e Direito**, UFPB-PB, 2015, p. 88-99. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/viewFile/25106/14464>>. Acessado em 01/06/2017.

MORAES, Jéssica de. Mulheres negras: ausência de políticas públicas acentuam histórico de marginalização. In: **UBES – União Nacional dos Estudantes Secundaristas**, Rio de Janeiro, 2015, s/p. Disponível em: <[file:///D:/lendo%20essa/Mulheres%20negras\\_%20ausência%20de%20políticas%20públicas%20acentuam%20histórico%20de%20marginalização%20-%20Ubes%20](file:///D:/lendo%20essa/Mulheres%20negras_%20ausência%20de%20políticas%20públicas%20acentuam%20histórico%20de%20marginalização%20-%20Ubes%20)>

[%20União%20Brasileira%20dos%20Estudantes%20Secundaristas%20\(1\).pdf](#)>. Acessado em 02/05/2018.

MOREIRA, Núbia Regina. **O Feminismo Negro Brasileiro: Um estudo do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Campinas-SP, 2007, 120f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas-SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000410037>>. Acessado em 11/06/2017.

NARVAZ, Martha Giudice. KOLLER, Sílvia Helena. Metodologia Feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá-PR, 2006, vol.11, n.3, p.647-654. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acessado em 07/06/2017.

NASCIMENTO, Gizelda Ferreira; SILVA, Fabiane de Araújo e. A influência do feminismo no meio político e os reflexos dessas conquistas na vida social das mulheres. In: **III Seminário Nacional. Gênero e Práticas Culturais, olhares diversos sobre a diferença**. João Pessoa – Paraíba, 2011, p. 1-6. Disponível em: <<http://itaporanga.net/genero/3/09/02.pdf>>. Acessado em 01/06/2017.

**PARAÍBA**, Lei n. 12400, de 05 de jun. de 2012. Cria a coordenadoria de promoção à cidadania LGBT e da Igualdade Racial, transforma cargos e dá outras providências. João Pessoa-PB, 2012.

PEDRO, Cláudia Bragança. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: **I Simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas. GT 2. -Gênero e Movimentos Sociais-** Universidade de Londrina – Paraná, 2010, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>>. Acessado em 01/06/2017.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. s/l, s/d, p. 1-16. Disponível em: <<file:///D:/lendo%20essa/concluida%20leitura.pdf>>. Acessado em 02/05/2018.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? s/l, s/d, p. 1-25. Disponível em: <<http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>>. Acesso em 26/05/2018.

RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico. In: **Revista Online Carta Capital**, s/l, 2018, s/p. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>>. Acessado em 01/06/2017.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: De Bertioga a Beijing<sup>1</sup>. In: **Ref – Revista de Estudos Femininos**, v. 3, n. 2, 1995, p. 446-457. Disponível em: <[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1077\\_1824\\_ribeiromatilpagu.PDF](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1077_1824_ribeiromatilpagu.PDF)>. Acessado em 10/06/2017.

ROCHA, Solange. SILVA, José Antonio Novaes da. À luz da Lei 10.639/03, avanços e desafios: Movimentos Sociais Negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. In:



**Revistas da ABPN**, v.5, n.11, 2013, p.55-82. Disponível em: <<file:///D:/189-1-366-1-10-20170224.pdf>>. Acessado em 03/05/2018.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2013, p. 1-12. Disponível em: <<https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>>. Acessado em 10/06/2017.

SANTOS, Janiffer Maria Xavier Medeiros dos. Nas ruas contra o racismo, a violência e pelo bem viver: o 25 de julho na Paraíba e a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras. In: **Revista Online Blogueira Negra**, s/l, 2015, s/n. Disponível em: <<file:///C:/Users/Qbex/Pictures/2016%20MONOGRAFIA%20%20JANIFFER%20MEDEIR OS.2016.pdf>>. Acessado em 17/05/2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. s/l, s/d, p. 1-35. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott\\_gender2.pdf](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf)>. Acessado em 26/05/2018.

SENKEVIC, Adriano. Mulheres e feminismo no Brasil: um panorama da ditadura à atualidade. In: **Blog Ensaio de Gênero**, 2013, s/n. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2013/07/11/mulheres-e-feminismo-no-brasil-um-resumo-da-ditadura-a-atualidade/>>. Acessado em 07/06/2017.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, mulher-macho: tessituras de gênero, (desa) fios da história (Paraíba, século XX)**. Recife-PE, 2008, 252f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Pernambuco, PPHG/UFPE, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7230>>. Acessado em: 09/06/2018.

SILVA, Eliane Borges da. **Tecendo o fio, aparando as arestas: O movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista**. s/l, s/d, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br/gt6-003.html>>. Acessado em 10/06/2017

SILVA, Flávia Candido da. **A mobilização Feminista no Brasil e suas conquistas para a visibilidade da violência em razão do gênero**. s/l, s/d, p. 1-10. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/a-mobilizacao-feminista\\_flavia-candido-da-silva.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/a-mobilizacao-feminista_flavia-candido-da-silva.pdf)>. Acessado em 01/06/2017

SILVA, Leyde Klébia Rodrigues da. **Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba**. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <[http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/3973?locale=pt\\_BR](http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/3973?locale=pt_BR)>. Acessado em 18/05/2018.

SILVA, Lúcia Soares da. **Ecofeminismo**. In: **Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP – Campinas-SP**, 2012, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/agora/pdf/luciasoares.pdf>>. Acessado em 07/06/2017.

SCOTT, Joan W. GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA. In: **Cadernos de História UFPE**, v. 11, n.11, 2016. Disponível em : < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109975/21914>>. Acesso em: 07/06/2017.

## **FONTES DOCUMENTAIS – IMPRESSAS E NOS MEIOS ELETRONICOS**

**ATA DE FUNDAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA BAMIDELÊ.** Grupo de Mulheres Negras da Paraíba, 2001, Acervo Bamidelê.

**BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA.** Projeto Fortalecendo a luta antirracista e os direitos da população negra na Paraíba. In: **Relatório narrativo, janeiro a outubro de 2011.** João Pessoa, 2011, p. 01-22. Digitado.

**BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA.** Projeto “Pretitude: potencializando o protagonismo da juventude negra no combate ao racismo institucional.” In: **Relatório final: período compreendido entre agosto de 2015 a julho de 2016.** João Pessoa, 2015 – 2016, p.1-14. Digitado.

**BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA.** Projeto Malungas: Mulheres Negras Paraibanas Rumo à “Marcha das Mulheres Negras – 2015”. In: **Relatório de atividade.** João Pessoa, 2015, p. 1-13. Digitado.

**BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA.** Projeto Wa Bájà1: mulheres quilombolas na luta pela equidade racial e de gênero como um direito humano, por uma identidade negro-quilombola! In: **Relatório final: período compreendido a outubro de 2013.** João Pessoa, 2013, p.1-5. Digitado.

**BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA.** In: **I Encontro Estadual de Mulheres Negras: Paraíba rumo à marcha.** João Pessoa, 2015, p. 1-3.

**BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA.** Projeto “Yépada: Mulheres negras na luta contra o racismo e na defesa dos direitos humanos.” In: **Relatório de atividade: período compreendido entre abril de 2012 a janeiro de 2014.** João Pessoa, 2012 - 2014

**BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA.** Carta das mulheres negras da Paraíba. In: **Marcha das mulheres negras 2015: Período compreendido a agosto de 2015.** João Pessoa, 2015, p. 1-4.

**BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA.** Dia nacional de denúncia contra o racismo - Bamidelê lança: iv edição da campanha de afirmação da identidade negra na Paraíba. In: **moren@, não. Eu sou negr@!**-Período compreendido a maio de 2015. João Pessoa, 2015, p.01- 02.



## APÊNDICE – CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL



### CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu

Terlúcia Maria da Silva

Nacionalidade Bras. Estado Civil solteira CPF \_\_\_\_\_  
 Residente \_\_\_\_\_ e domiciliado(a) \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_

João Pessoa (PB)

declaro ceder a Universidade Federal de Campina Grande – Campus - Cajazeiras, aqui sem quaisquer restrições quanto a seus efeitos patrimoniais, a propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à Frederico Narciso no dia 18 de maio de 2018.

A Universidade Federal de Campina Grande – Campus - Cajazeiras fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, bem como permitir o acesso ao mesmo, a terceiros, para os mesmos fins, com a única ressalva de sua integridade e indicação de autor(a) e fontes.

**Dou meu consentimento para participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

Silvas, 15 de junho de 2018  
 Local Data

[Assinatura]  
 Assinatura